

# Jornal da Constituinte

PORTE PAGO  
DR — BSB  
ISR-47-331/86

Órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 8 a 14 de junho de 1987 — Nº 2

Foto ADRP — Roberto Stuckert



## Está nascendo a nova Carta

Contagem regressiva. O País não pode esperar. Dentro de trinta e cinco dias, a Comissão de Sistematização envia ao Plenário da Constituinte o esboço da futura Carta. Na primeira etapa, atingida rigorosamente dentro dos prazos regimentais, a sociedade como um todo foi ouvida nas diversas subcomissões. Agora, as Comissões Temáticas compatibilizam as mais diversas propostas versando sobre o Brasil do futuro: sua economia, seu sistema de governo, as relações entre capital e trabalho, as relações internacionais, a cidadania. Depois da Sistematização, virá o Plenário, onde todos os 559 Constituintes poderão apresentar qualquer tipo de emenda. A idéia é debater toda e qualquer questão até a exaustão. A sociedade participa e deve participar cada vez mais. Organizar-se sempre, estar presente, exercer a pressão legítima. As dificuldades do dia de hoje não podem e não vão impedir a construção do futuro. A nova Carta está nascendo e, com ela, começará o renascimento de um povo.

### Petróleo reacende os debates

O petróleo é nosso? Só a Constituinte pode confirmar. Por enquanto os debates estão sendo travados na Comissão da Ordem Econômica. Numa escala menor, ressurgiu a polémica em torno do monopólio estatal do petróleo. E como nos anos 50, os parlamentares já se perguntam: você é um "nacionalista"?

(Página 3)

### Para onde vai a reforma agrária?

Reforma agrária, um dos temas mais polémicos na Assembléia Nacional Constituinte e na sociedade brasileira. Todos a discutem, dão sugestões, propõem medidas. O assunto recebeu o maior número de propostas: mais de 4.900 chegaram à Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária. Agora, a matéria está na Comissão da Ordem Econômica, e os debates se reacendem. Do Império até hoje as coisas não mudaram muito: os proprietários rurais de um lado, os milhares de *joão-sem-terra*, brasileiros de outro. A propriedade deve ter ou não um limite? (Páginas 8 e 9)

# A Constituição e o futuro

Carta ao leitor



Não devemos fazer uma Constituição pensando no que ela poderá nos dar no presente, mas voltada para aquilo que desejamos e necessitamos ter no futuro.

Precisamos, acima de tudo, de procurar soluções que levem a Nação brasileira a um estágio institucional moderno, que garanta a cada cidadão o direito de participar das decisões que afetam a própria vida. É importante que saibamos medir até onde vai o Poder do Estado, de forma a compatibilizá-lo com a Nação e seus anseios.

Quando o Congresso Nacional decidiu dar seu aval à mensagem presidencial que convocou, em 1985, a Assembleia Nacional Constituinte, não apenas abriu as portas para que o País se encontrasse com uma nova Constituição. Na verdade, com esse gesto o Poder Le-

gislativo deu o empurrão definitivo na direção da transição democrática.

Hoje, quando vejo a Assembleia Nacional Constituinte em pleno funcionamento, propondo soluções, apontando rumos, tenho a certeza de que o Brasil pode obter o equilíbrio político, econômico e social que vem perseguindo há muito tempo. Vale lembrar, porém, que esse objetivo, ainda não foi alcançado, e que não basta apenas o ânimo dos Constituintes para torná-lo realidade.

Muito mais importante do que o funcionamento da Constituinte é não permitirmos que ela seja conduzida por interesses sem identificação com a maioria da população brasileira. O povo quer mudanças, e por isso defende propostas realistas, que respeitem seus direitos

e, ao mesmo tempo, lhe obre seus deveres, mas numa convivência pacífica, sem autoritarismo.

Esse equilíbrio entre o Estado e a Nação é a grande meta da Constituinte. Para alcançá-lo, porém, temos que ter consciência do nosso papel, como Constituintes, nesse pedaço da História do País. E isso significa despir vaidades, interesses pessoais e personalismos, exigir a união das forças realmente engajadas no processo de libertação do povo brasileiro das suas angústias, do sofrimento que o acompanha há décadas.

Quando falo nesse "engajamento" total em benefício de uma causa única, defendo a ideia de que a futura Constituição traga conquistas reais e não frustrações; seja liberal no sentido de reconhecer direitos e dar ga-

rantias; e progressista, econômica e socialmente, para que possa projetar o Brasil externamente como um País moderno, aberto à convivência com todos os povos e ideologias.

Como Constituinte, devo receber e examinar todas as sugestões que nos forem encaminhadas, independentemente das suas origens. Da mesma forma, temos o compromisso de apoiar aquelas que se enquadram no futuro que desejamos para os brasileiros. Este é o melhor caminho para chegarmos, através da Assembleia Nacional Constituinte, à união de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Acredito que nos temos em nossas mãos a oportunidade de pacificar a Nação. Agora, depende de nós.

*Constituinte Homero Santos, Vice-Presidente da Câmara dos Deputados*

## O que desejamos é participação

Dentro de cinco semanas, com o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o País conhecerá o primeiro esboço, mais ou menos completo, da futura Constituição. Os prazos regimentais estão sendo rigorosamente cumpridos, a sociedade vem sendo ouvida, as pressões e contrapresses legítimas estão sendo exercidas. O País real, de hoje, vive um período de crise econômica grave, mas os constituintes, embora não possam ignorar isso, têm, ao mesmo tempo, de cumprir a sua função principal que é construir o país do futuro.

Este segundo número do *Journal da Constituinte* reflete o que foi a semana na ANC. Foi um período de apresentação de emendas nas Comissões Temáticas, que já nessa semana concluíam seus trabalhos. Muitos temas geraram polêmica, entre eles a questão do monopólio estatal do petróleo, que volta a ser debatido. Esse número trata ainda de outros assuntos importantes, como a reforma agrária, a dívida externa, e as reivindicações das mulheres. Também tentamos oferecer uma série de indicações para quem precisa de atuar ou trabalhar junto à ANC.

O *Journal da Constituinte* é um produto recém-lançado. Precisa ter o seu período de maturação e pretendo crescer semana a semana. A melhor contribuição que podemos receber é a resposta do leitor, obter sua participação. Os constituintes, através da Mesa Diretora, imaginaram esse veículo para aproximar ainda mais o povo de quem tem a tarefa de representá-lo. Vamos fazer juntos o jornal de uma Constituinte, que se pretende seja a principal segurança de toda sociedade.

Ronaldo Paixão

## Participação da sociedade

Na elaboração do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, o eminente Relator, Fernando Henrique Cardoso, fez inserir dispositivo de extraordinário alcance democrático, permitindo a grupo de 30 mil eleitores, coordenado por três entidades associativas, legalmente estruturadas, a apresentação de propostas de emenda ao projeto de Constituição.

Com base em sugestões que lhe foram encaminhadas, a aquele Ilustre parlamentar transplantou a oportuna iniciativa para o texto definitivo, fazendo-o através do art. 24, vazado nos seguintes termos:

"Art. 24. Fica assegurada, no prazo estabelecido no § 10, do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao projeto de Constituição, desde que subscreva por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, 3 (três)

entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições."

De conotação fundamentalmente participativa, a norma objetiva, certamente, maior conscientização de segmentos da sociedade civil brasileira, participando, assim, da tarefa de colaborar na feitura da nova lei fundamental do País.

Para que se dimensione a magnífica receptividade da qual a inovação regimental, é bastante realista o movimento denominado "Criança na Constituinte", cuja articulação chegou a empolgar mais de 1 milhão e duzentas mil pessoas, que, de todas as áreas geográficas do nosso território, se dispuseram a oferecer ostensivo apoio àquela nobre causa.

A entrega de proposta, efetuada em emocionante solenidade no Auditório Petrólio Portella, do Senado Federal,

representou uma tomada de posição vigorosa em defesa do menor, com a inserção na nova Carta os artigos exaltados, que a ele assegurasse direito à vida, à educação, à saúde, à alimentação, à moradia e ao lazer.

Quando destilaram diante da Mesa os representantes de cada Unidade Federativa, enunciando, embora sinteticamente, as respectivas mensagens de adação, nenhum Constituinte presente ao magno acontecimento deixou de sensibilizar-se, diante de uma promoção inusitada, inspirada em propósitos os mais elevados e patrióticos.

Os Estados e Territórios, sem exceção, fizeram questão de exercer pressão legítima sobre a Assembleia, que não pode, em razão disso, mostrar-se insensível a um apelo veemente, oriundo de todos os quadrantes do País.

Nenhuma outra iniciativa suplantará, em conteúdo huma-

no e número de signatários, a da "Criança na Constituinte", experiência sem precedente nos fatos da História parlamentar do Brasil.

E certo que outras importantes proposições de origem popular têm igualmente chegado às mãos do Presidente Ulysses Guimarães, numa integração estimulante, que oferece abrangência ainda maior às responsabilidades da Assembleia.

Senadores e Deputados, investidos da função de Constituintes, pela manifestação das urnas de 15 de novembro, não podem, neste momento histórico, frustrar a imensa expectativa do povo brasileiro, que aguarda o novo documento básico, confiante em que nele se refletirão, em incisos duradouros, todos os seus justos anseios e reivindicações autênticas.

*Constituinte Mauro Benvides, Primeiro-Vice-Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.*

### EXPEDIENTE

**JORNAL DA CONSTITUINTE** — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte.

**MESA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE:**

Presidente: — Ulysses Guimarães; 1<sup>o</sup>-Vice-Presidente: — Mauro Benvides; 2<sup>o</sup>-Vice-Presidente: — Jorge Arrigo; 3<sup>o</sup>-Secretário: — Manoel Cordeiro; 2<sup>o</sup>-Secretário: — Mário Maia; 3<sup>o</sup>-Secretário: — Arnaldo Faria de Sá; Suplentes: Benedita da Silva, Luiz Seyer e Sotero Cunha.

**APOIO ADMINISTRATIVO:**

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Alfonso Martins de Oliveira

Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Alves Cardoso  
Diretor-Geral da Câmara — Ademir Silveira Sabino  
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto

Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembleia Nacional Constituinte.

**Diretor Responsável** — Constituinte Marcelo Cordeiro  
**Editores** — Alfredo Obizliner e Manoel Vieira de Magalhães

**Coordenador** — Daniel Machado do Costa e Silva  
**Coordenador de Redação** — Ronaldo Paixão Ribeiro  
**Chefe de Redação** — Osvaldo Vaz Morgado  
**Chefe de Reportagem** — Victor Eduardo Barrie Knapp  
**Chefe de Fotografia** — Dalton Eduardo Dalla Costa

**Diagramação** — Leônidas Gonçalves e Felipe Queiroz  
**Ilustração** — Gaetano Rê  
**EQUIPE:**

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Carmen Vergara, Ana Beatriz Mendes Cleto, Regina Moreira Suzuki, Jaurez

Pires da Silva, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Jilão César Roloff, Antônio Lopes Batista, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, May Moura, Marco Antônio Caetano, Maria Rômilda Vieira Bonfim, João José de Castro Júnior, Eurico Swindler, Iteirina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Reinaldo J. Suvalele, Benedita Rodrigues dos Passos, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Cláudia Senna, Paulo Roberto Cardoso Miranda, Eduardo Augusto Lopes e Nelson Maranhão Neto  
Composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

**REDACÇÃO: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADRIP**  
— 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1599  
— Distribuição gratuita

## Cronologia de uma conquista

1919 — O Congresso dota o Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura de recursos financeiros para pesquisar petróleo.

1930-1945 — Governo Vargas. Intensificação dos trabalhos de procura do petróleo. Lançamento das leis da legislação do petróleo, hoje em vigor.

1932-1934 — Juarez Vilarde assina o Ministério da Agricultura e estrutura o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Elaboração do Código de Minas. Nacionalização das jazidas minerais e das quotas de água.

Pela Constituição de 1934, o proprietário particular perde o direito sobre a superfície das terras que lhe pertencem. Só o Governo pode conceder a particulares o direito de procurar e desenvolver os recursos minerais.

1937 — Pela Constituição de 37, o capital estrangeiro e a participação de estrangeiros nacionalizados são eliminados da atividade mineral.

11-4-1938 — Pelo Decreto-lei nº 366, todos os campos petrolíferos descobertos no território nacional passam a pertencer ao Governo Federal.

29-4-1938 — O Decreto-lei nº 395 cria o Conselho Nacional de Petróleo. O General Floriano Peixoto, defensor do monopólio estatal, assume a Presidência do Conselho.

21-1-1939 — Descoberto do primeiro poço de petróleo, em Lobato, Bahia.

1946 — Pela Constituição de 1946, a pesquisa e o desenvolvimento de recursos minerais do País passam a ser outorgados, por concessão, a brasileiros, e empresas nacionais ou estrangeiras.

Abril de 1948 — Fundação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Reuniam jornalistas, políticos, estudantes e intelectuais favoráveis ao monopólio estatal, sob a égide do Conselho do Petróleo. A União Nacional dos Estudantes — UNE lança o slogan "o petróleo é nosso".

1948 — Plano para a construção da Refinaria de Marajó, totalmente controlada pelo Governo.

1949 — Surge em fevereiro a publicação da campanha "O petróleo é nosso" e o principal porta-voz do movimento em favor do monopólio estatal de petróleo, sob a direção do deputado Rubem Medina, é a posição dos deputados estrangeiros da época favoráveis à exploração estrangeira do petróleo brasileiro.

6-12-1951 — Getúlio Vargas envia à Câmara dos Deputados o projeto de lei propondo a criação da Petróbrás.

1952 — Aprovação do projeto na Câmara dos Deputados, depois de nove meses de tramitação. De setembro de 52 a junho de 53 o projeto tramita no Senado, onde é hospitalizado tanto na versão do Governo como o texto aprovado pela Câmara.

3-10-1953 — O Presidente Getúlio Vargas assina a Lei nº 1.006, pela qual se cria a Petróbrás e se estabelece o monopólio estatal da pesquisa, exploração, produção, do refino e do transporte de óleo cru e de derivados de produção nacional e estrangeira.

10-5-1954 — A Petróbrás inicia suas operações sob a presidência de Juarez Magalhães.

1955 — Aberta a maior refinaria no Rio de Janeiro a maior refinaria do País: a Refinaria Araró Bernardes.

1953 — A Petróbrás passa a operar no setor de distribuição, competindo com as empresas privadas. Em 23 de dezembro, o Decreto nº 53.337 institui o monopólio da importação de derivados.

25-6-1964 — Decreto nº 52.986 institui o monopólio da importação de petróleo e derivados.

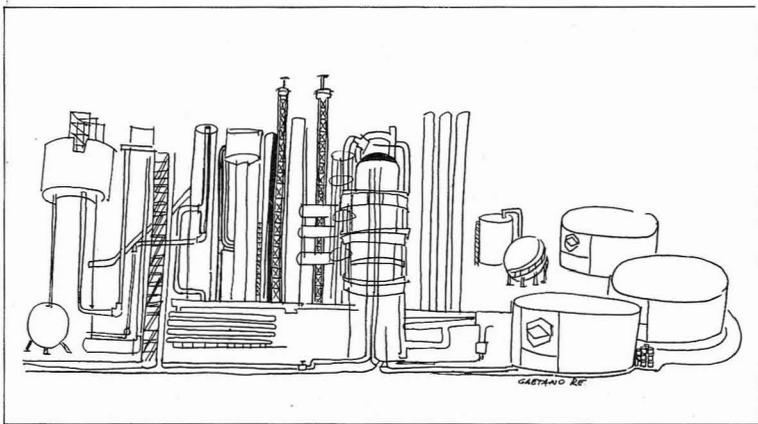
1967 — O artigo 162 da Carta Constitucional diz: "A pesquisa e a lava de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei."

15-6-1971 — A Lei nº 5.665 concede à Petróbrás amplos poderes para negociar contratos de exploração no exterior.

1974 — Descoberta dos poços de Campos (RJ), na plataforma continental.

10-10-1975 O Presidente Ernesto Geisel autoriza a Petróbrás a assinar contratos de serviços com cláusulas de risco.

1-11-1975 — Decreto nº 19.393 institui o Programa Nacional do Alcool.



# PETRÓLEO

## O monopólio está ameaçado?

A Comissão da Ordem Econômica será o palco não só da mais intensa luta ideológica de toda a Constituinte, como pode transformar-se no cenário de uma disputa já vivida na História brasileira.

Um aranhão no monopólio estatal do petróleo abriu uma polêmica capaz de reeditar a mais importante campanha cívica da História brasileira, entre 1947 e 1953, que mobilizou, de um lado os "nacionalistas" e, de outro, os "entreguistas".

No anteprojeto da Submissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica escreveu-se, por emenda do Deputado Rubem Medina (PFL — RJ), o item mais controverso de todo o processo constituinte:

O monopólio estatal do petróleo, inclusive a refinação e o transporte (marítimo ou por condutos), deverá ser mantido pela Assembleia Nacional Constituinte. A expectativa é do Deputado Luiz Salomão (PDT — RJ), ao revelar que vários Constituintes que apoiaram o rompimento do monopólio na fase da Submissão já deram sinais de rever suas posições.

Essa mudança, segundo o Deputado, estaria ligada à clara manifestação das Forças Armadas de que o monopólio do petróleo é intocável. Alguns constituintes chegaram a receber manifestação nesse sentido do Presidente da Petróbrás General Osório Silva.

De qualquer forma, acredita Luiz Salomão, essa posição não

Art. 6A13 — Constituem monopólio da União:

I — A pesquisa, a lava de petróleo em território nacional;

II — a pesquisa, a lava e o enriquecimento de minérios nucleares.

Avanço e recuo

A proposta que agora vai ser submetida à Comissão da Ordem Econômica contém um avanço tecnológico, quando inclui o monopólio de minérios nucleares. Mas, historicamente, regride ao início da década de 50, quando a campanha pelo monopólio estatal do petróleo atingia a fase decisiva do ponto de vista político.

O projeto de lei que o Presidente Getúlio Vargas enviou ao Congresso, em dezembro de 1951, propondo a criação da Petróbrás, era uma iniciativa tímida aos olhos das forças políticas de todas as tendências ideológicas que foram às

mas com o slogan "o petróleo é nosso".

Mas depois de quase dois anos de discussão no Congresso Nacional, até por emendas de parlamentares, como Bilac Pinto, da UDN, o projeto transformou-se numa lei, que acabará por consolidar o monopólio estatal do petróleo e seus derivados.

A Lei nº 2.004 assinada por Vargas, em 23 de outubro de 1953, garantia não só o monopólio da União sobre a pesquisa e a lava de petróleo e outros hidrocarbonetos líquidos e gases raros, mas também a refinação do petróleo nacional e estrangeiro.

No seu inciso 3, garantia ainda o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País.

Vitória do Legislativo

Os debates no Congresso Nacional e em instituições como o Clube Militar, União Nacional dos Estudantes e Associação Brasileira de Empresas mobilizaram o País em torno de um tema que ainda no final dos anos 40 era apenas uma curiosidade nacional recheada de aventuras.

Aventura como a do agrônomo Manoel Inácio Bastos que, em 1939, descobria o poço de Lobato, na Bahia, o marco histórico inicial do petróleo brasileiro, que despertava a curiosidade de técnicos ingleses, já em 1859.

A rigor, a pesquisa oficial foi iniciada em 1918 pelo Serviço Geológico, mas só com a criação da Petróbrás, em 1953, fortalecida ao longo dos anos pelas suas subsidiárias, o País chega hoje próximo ao sonho histórico do auto-suficiência.

## Constituintes começam a rever suas posições

resistir à pressão popular, principalmente porque ficaria flagrante o interesse das multinacionais do setor.

### Violações

O resultado do trabalho da Submissão dos Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e Atividade Econômica teria, segundo os defensores do monopólio, atingido dois produtos essenciais, que são o gás natural e os materiais radioativos.

Grave também ficaria a situação do próprio petróleo. Com a possibilidade de a refinação ser privatizada, os setores de pesquisa e lava não teriam qualquer estí-

mulo para se expandir. Consideram ainda parlamentares como Luiz Salomão, que as refinarias têm caráter estratégico, assim como o setor de transportes por condutos. Nas mãos de empresas privadas — provavelmente multinacionais — esses setores deixariam o País vulnerável.

### Fin do risco

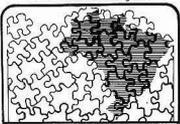
Confiante de que na Comissão da Ordem Econômica a posição possa ser revertida, Luiz Salomão acredita que o grupo chamado nacionalista possa avançar. O passo seguinte seria eliminar os contratos de risco. Para isso, os Constituintes contam com o apoio de 45 entidades, coordenadas pelo presidente da Associação Brasileira

de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho.

Os contratos de risco, autorizados pelo Presidente Ernesto Geisel, constituem uma série ameaçada de quebra do monopólio, no entendimento dessas entidades, segundo revela o Deputado do PDT. O raciocínio é simples: as multinacionais do petróleo não interessam a exploração das reservas que eventualmente viriam a descobrir. "O planejamento dessas empresas é feito para daqui 30 ou 40 anos, considerando até o excesso de petróleo que muitos países colocam no mercado. O que buscam — deduz o Constituinte — é planejamento. Conhecimento para planejar a longo prazo".

(Fonte: Susana Feichas, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas.)

## SISTEMATIZAÇÃO



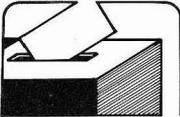
### Bresser vai explicar o seu programa

A Comissão de Sistematização resolveu convidar o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para fazer uma exposição sobre a situação econômico-financeira do País e os planos do Governo para enfrentar os principais problemas nessa área. Pretende a Comissão que o ministro venha ainda antes do dia 15 deste mês, quando ela deverá iniciar os seus trabalhos de elaboração do projeto constitucional.

«A proposta, em forma de convocação, partiu do constituinte Raimundo Bezerra (PMDB — CE)», mas houve manifestações divergentes sobre a conveniência de uma convocação formal.

Depois de ter aprovado o projeto que estabeleceu suas normas de trabalho, falta ao constituinte concluir a votação do único destaque restante, de autoria do constituinte Gerson Peres (PDS — PA), que tem como objetivo que o projeto de decisão receba o mesmo tratamento dado às normas de trabalho à matéria constitucional e aos projetos de resolução sobre plebiscito: aprovação por maioria absoluta.

## ORGANIZAÇÃO ELEITORAL



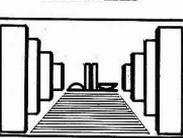
### Seis meses para filiação partidária

O relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, Frisco Viana (PMDB — BA), continua examinando as 488 emendas apresentadas pelos constituintes. Ele já tem, porém, posição formada sobre alguns temas. Vai, por exemplo, restabelecer o prazo mínimo de seis meses de filiação partidária para candidatos a cargos eletivos.

Apesar de não constar do anteprojeto aprovado pela Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, Frisco Viana irá também colocar as inelegibilidades no seu substitutivo. Ele entende que a Constituição deve estabelecer os princípios gerais de inelegibilidade, sem pormenorizar demais os casos, como faz o texto constitucional vigente. Trata-se, segundo Frisco, de estabelecer critérios para preservar as eleições das influências do poder econômico e da máquina administrativa do Estado.

O maior número de emendas — 213 — foi apresentado ao anteprojeto que trata da defesa do Estado. 195 foram oferecidas ao anteprojeto referente ao sistema eleitoral; outras 73 se referem ao anteprojeto sobre garantia da Constituição; e as cinco restantes são de caráter genérico, ficando a sua colocação a critério do relator. O constituinte que mais emendas apresentou — 35 — foi Lídice da Mata, do PC do B da Bahia, seguida de José Genônio (PT — SP), Paulo Delgado (PT — MG), Paulo Ramos (PMDB — RJ) e Lyziane Maciel (PDT — RJ).

## ORGANIZAÇÃO DOS PODERES



### O trânsito das armas pelo País

Na Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo o constituinte Nelson Gibson (PMDB — PE) apresentou emenda que estabelece que a exportação, a reexportação ou simples trânsito, pelo Território Nacional, de material bélico de qualquer espécie fica sujeito à prévia autorização do Congresso Nacional.

Argumenta Franco que o aspecto estritamente comercial dessas operações, por mais atrativo que seja, não deve ser o único levado em conta. Daí a necessidade de a sua vez — da participação dos parlamentares em assunto "tão grave e de intensa repercussão histórica".

O constituinte Lúcio Alcântara (PFL — CE) quer fixar em dez o número de ministro de Estado, escolhido entre brasileiros no pleno exercício dos direitos políticos. Segundo ele, um ministro de dez membros torna mais eficaz o controle de seu desempenho, o trabalho do Presidente da República quanto pelo Congresso Nacional, conferindo mais certeza de responsabilidade restabelece uma divisa, reforçada pela obrigatoriedade de comparecimento ao Congresso e da possibilidade de moção de censura.

O Congresso Nacional vai deliberar sobre as prioridades do Organismo da União e dos planos e programas de trabalho até o término do exercício anterior às propostas do Executivo. Para o autor, Victor Faccioni (PDS — RS), sua iniciativa restabelece uma das prerrogativas do Poder Legislativo, assegurando, até mesmo, um maior equilíbrio entre os poderes. Toda vez que se ausentar do País, o Presidente da República, em mensagem com 48 horas de antecedência, comunicará a viagem às Mesas da Câmara e do Senado. E o que prevê emenda do constituinte Sérgio Werneck (PMDB — MG), por entender que o Presidente da República não pode mais ficar na dependência de reuniões do Congresso ou sujeito a eventuais desentendimentos poli-

# A hora das emendas

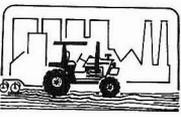
Estamos chegando ao fim da segunda etapa dos trabalhos da Constituição, quando os relatores das Comissões Temáticas deverão apresentar os seus anteprojotos. Como era esperado, os debates sobre os aprovados ou não nas Subcomissões, voltaram a centrar-se nos debates. São milhares de emendas apresentadas e que, pelo prazo até certo ponto exigiu, exigem um enorme esforço por parte dos relatores para sua apreciação. Para uma visão de conjunto desse quadro, apresentamos aqui algumas dessas emendas, o que permitirá um melhor entendimento do que se passa na elaboração da nova Constituição.

ticos que lhe possa negar a licença para viajar.

No mesmo sentido, emenda do constituinte Nilson Gibson (PMDB — PE) dispensa a necessidade de prévia autorização do Congresso Nacional para que o Presidente da República possa ausentar-se do País, sem perda do cargo: "Hoje em dia — afirma —, vivemos situações dinâmicas entre os chefes de Estado, daí resultando as viagens ao exterior".

Outra emenda a ser apreciada pelo relator, Egídio Ferreira Lima (PMDB — PE), do constituinte José Carlos Greco (PMDB — SP), cria o Conselho Nacional de Defesa do órgão com jurisdição em todo o Território Nacional, que terá por objetivo o controle da função administrativa e funcional dos poderes do Estado, em todos os seus níveis, e das demais instituições da República, tanto na esfera federal, como na estadual e na municipal.

## ORDEM ECONÔMICA



### Em defesa da empresa nacional

Das 1.106 emendas encaminhadas ao relator Severo Gomes (PMDB — SP), grande parte trata de capitulos importantes, como o capital estrangeiro, o sistema bancário e o ordenamento geral. Uma dessas emendas, de autoria do constituinte Antônio Uno (PFL — PR), garante à empresa privada nacional tratamento diferenciado relativamente à concessão de incentivos fiscais.

Já o constituinte César Maia (PDT — RJ) propõe que o capital estrangeiro, nos setores em que puder atuar, opere em regime especial, com limites definidos para sua ação e suas relações financeiras, comerciais e tecnológicas com o exterior. Ele entende que a delimitação do campo de atuação do

capital estrangeiro é fundamental à economia nacional.

O mesmo constituinte pretende que só seja considerada empresa nacional, para todos os fins de direito, aquela cujo controle de capital pertença a brasileiros e que, constituída e com sede no País, nele tenha o centro e o objetivo de seus interesses.

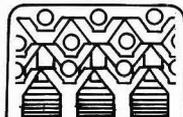
Outra emenda do relator Roberto Campos (PDT — MT), o direito de propriedade deve ser subordinado ao seu uso social e não à sua função social, como consta do anteprojeto da Subcomissão do Sistema Financeiro. Roberto Campos sustenta que a função social da propriedade é defender a liberdade do indivíduo contra o Estado; tanto assim que os regimes socialistas-marxistas começaram a defender a propriedade privada como meio de destruir a liberdade política: "É o uso da propriedade que deve ser social".

Campos pede também a supressão de dispositivo da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes por entender que ele restabelece o princípio de vinculações obrigatórias de verbas. É necessário, segundo ele, deixar aos orçamentadores, com a aprovação dos legisladores federais, estaduais e municipais, flexibilidade para a alocação de recursos de acordo com as necessidades do momento.

Outra emenda apresentada na Comissão da Ordem Econômica, do constituinte Antônio Uno, propõe uma definição de reforma agrária, estabelecendo que é da competência da União, após disposição de terras públicas inexploradas próprias, dos Estados, municípios, territórios e Distrito Federal, promover a desapropriação de propriedade rural, mediante pagamento prévio de justa indenização.

Essa indenização terá de ser feita em títulos da dívida pública, com cláusulas de exata correção monetária, em prestações sucessivas no prazo de 10 anos, em parcelas semestrais iguais e sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de tributos federais ou obrigações do apropriado ou de terceiros para com a União. A indenização é promovida pelo uso do título pelos herdeiros do apropriado.

## ORDEM SOCIAL

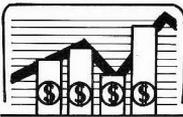


### Oposição à estabilidade no emprego

Cresce na Comissão da Ordem Social a oposição à estabilidade no emprego, desde a admissão do empregado, conforme propõe o anteprojeto aprovado pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. Várias emendas foram apresentadas suprimindo a estabilidade vitalícia.

O relatório da Comissão deverá ser por ele apreciado nesta semana. Em forma de substitutivo, o trabalho do senador poderá receber emendas nos dias 8 e 9. Nos dias seguintes, 10 e 11, o relator emitirá parecer final sobre as emendas. Dia 12 de junho, sexta-feira, a Comissão se reúne para encaminhar e votação do substitutivo. Os debates e a votação vão se estender até domingo, dia 14. No dia seguinte, o projeto será encaminhado à Comissão de Sistematização.

## TRIBUTOS E FINANÇAS



### Majoria trata de isenções tributárias

Foram apresentadas 1.164 emendas aos três anteprojotos que estão sendo examinados pelo relator, José Serra (PMDB — SP), da Comissão do Sistema Tributário. Pelo próprio fato de serem em grande número, as propostas são as mais variadas e diversas e atingem diferentes setores da sociedade, havendo, porém, uma relativa maioria de iniciativas visando a isenções tributárias.

Há matérias polêmicas, como o do deputado Nilso Squarezzi (PMDB — PR), que propõe qualificar tipo de assistência fiscal. Ou o senador brasileiro Maurício Corrêa (PDT), propõe uma hierarquia de prioridades nacionais e um plano prioritário para distribuição de recursos públicos. A proposta estabelece a educação, saúde, habitação, segurança e pesquisa como metas prioritárias para o País e determina que a alocação de recursos obedeça ao critério da proporcionalidade direta à população e inversa à renda per capita.

# Biso defende mais cidadania

Se for aprovado pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher o anteprojeto de seu relator, Constituinte José Paulo Biso (PMDB — RS), a nova Constituição poderá consagrar pontos importantes para o avanço no exercício da cidadania.

Em entrevista coletiva concedida no final da semana passada, José Paulo Biso assinou que o anteprojeto não é um trabalho seu, mas resultado da participação de todos os constituintes, que fazem parte da comissão Constituinte, principalmente dos relatores das três subcomissões, Darcy Pozza (PDS — RS), João Herrmann Neto (PMDB — SP) e Lysânias Máciel (PDT — RJ), cujas propostas, em resumo, ajustam à realidade do País o conceito de que a Constituição deve ser um instrumento de transformação política e social que a nação almeja.

Um dos temas polêmicos destacado pelo Biso refere-se ao conceito de direito à vida intra-uterina. Segundo ele, não se deve confundir direito constitucional com direito jurídico. O texto: "o que muitos nunca tiveram coragem de fazer" — definição de direito jurídico — são pessoas nascidas, pois não há direito subjetivo, sem que haja uma titularidade, um nascimento com vida. Assim, o direito é consequência da vida e não

a vida consequência do direito. O relator esclarece que o Código Civil praticado nos demais códigos deixam um espaço de direitos ao nascituro, mas somente ao nível da expectativa. E indagou que o legislador ordinário deve proteger a vida intra-uterina e o dispositivo a ela referente, ao contrário do que se tem tentado pensar, proteger sobretudo a gestação da mulher pobre, a única punida nas questões de aborto.

Mas não se valida o que estabelece o Código Penal nos casos de aborto por estupro e nos casos de risco de vida para a gestante.

No anteprojeto estão incluídos também a criminalização da tortura, a proibição de discriminação por orientação sexual, nos casos de homossexualismo e a criação da figura do defensor do povo como um órgão constitucional, o fiscal do cumprimento do poder público, e de um Tribunal de Garantias Constitucionais.

Ele disse que procurou não inserir no anteprojeto nenhum dispositivo que justifique um golpe de estado e que aproveitou o anteprojeto do Deputado Lysânias Máciel na parte se referida a qual "a soberania do Brasil pertence ao povo e só pelas formas de manifestação de sua vontade previstas nesta Constituição, é lícito abdicar, organizar e exercer o Poder".

# Richa não carê em novos estados

De acordo com anteprojeto de José Richa (PMDB — PR), relator da Comissão de Organização do Estado, a Constituição não determinará a criação de novas unidades na federação. Esta proposta contraria a iniciativa de parlamentares como Chico Humberto, do PTB de Minas Gerais e Siqueira Campos, do PDC de Goiás. O primeiro arribou na concretização com a Assembleia Constituinte, do Estado do Triângulo, enquanto o segundo pretendia a criação do Estado do Tocantins, que dividiria o Estado de Goiás.

O anteprojeto do constituinte José Richa obriga cada iniciativa de criação de uma nova unidade da federação a passar por uma série de instâncias. Segundo José Richa, primeira-mente a proposta de criação de um novo estado irá para a Comissão de Redução do Poder que teria sua atuação regulamentada no texto constitucional. Esta Comissão, a seu ver, deve realizar os estudos de viabilidade e encaminhar o anteprojeto para o Congresso Nacional. Depois, ele irá ainda para a Câmara dos Deputados e Senado Federal, a proposta passaria por um referendun popular na área a ser emancipada.

Esta proposta de José Richa, entretanto, não encontra unanimidade entre os parlamentares. Na Subcomissão de Organização dos Estados, por exemplo, o Deputado Siqueira Campos estabeleceu em seu anteprojeto que os novos estados seriam criados pela própria Constituinte, sem apreciação da matéria pelo Congresso. O projeto na área "ser emancipada" — afirmou Siqueira Campos — seria realizado da mesma forma que no projeto de José Richa.

Este será, sem dúvida, um ponto polémico na discussão do projeto da Comissão de Organização do Estado, a partir desta semana. Ao mesmo tempo outros pontos também estão sendo votados pelos constituintes, como o caso da ampliação da autonomia municipal, prevista no projeto de José Richa, que já às câmaras municipais poderá para definirem a sua lei orgânica.

Quanto a maior distribuição de recursos para as unidades da federação reivindicada atualmente, José Richa acredita que altera o atual perfil de recursos. Nos estados, e municípios quando houver participação nas receitas geradas pela exploração econômica e aproveitamento de todos os recursos naturais.

judicial por mais de dois anos. A Comissão decidiu continuar ouvindo depoimentos de membros de entidades representativas da sociedade, mesmo enquanto a Comissão de Sistematização estiver examinando os relatórios, com o fim de permitir que seus membros apresentassem emendas em plenário baseados em depoimentos que seriam ainda dados.



## SOBERANIA E DIREITOS

### As formas de pagamento da desapropriação

Entre as 630 emendas apresentadas na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, uma, do constituinte Farubal Júnior (PTB — SP), determina que, no caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, o desapropriado terá direito à justa indenização em dinheiro, e que o ato praticado será nulo se houver abuso de poder ou desvio de finalidade.

Sobre o mesmo assunto, o constituinte Nelson Sousa (PMDB — SC) sugeriu que a justa indenização, segundo critérios que a lei estabelecer, será através de títulos especiais de dívida pública, com cláusula de atualização, negociável e resgatável, no prazo de 20 anos, em parcelas anuais sucessivas.

Anistia ampla, geral e irrestrita a todos que, no período compreendido entre dois de setembro de 1961 a 10 de fevereiro de 1967, foram punidos em decorrência de motivação política, por qualquer diploma legal, e o que propõe o constituinte Brandão Monteiro (PDT — RJ). A medida garante aos anistiadados civis e militares, desde que requerida até 15 meses após a promulgação da Constituição, a reintegração ao serviço ativo, recebimento de vencimentos, salários, vantagens e gratificações atrasadas, com seus lotos corrigidos a partir da data da punição até o pagamento.

O Constituinte Hélio Costa (PMDB — MG) defendeu o voto para os maiores de 16 anos, assim como se seja considerado crime a coação sexual da mulher e do homem, no local de seu trabalho, por superior de qualquer nível.

Um plebiscito 180 dias após a promulgação da nova Carta, para que a sociedade opte pela adoção ou não da pena de morte no País, defendeu o constituinte Narciso Mendes (PDS — AC). Farubal Júnior posicionou-se contrário à pena de morte, mas favorável à prisão perpétua no caso de guerra externa e de estupro.

sequestro e roubo, seguidos de morte.

A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, ficando ressalvadas as situações legítimas estabelecidas de acordo com o texto constitucional vigente até a data da promulgação da nova Constituição. Essa é uma sugestão do Constituinte Israel Pinheiro (PMDB — MG). Já Michel Temer (PMDB — SP) propôs que todos os princípios e normas constitucionais sejam de exigibilidade imediata, cabendo a qualquer beneficiário de suas disposições ou à respectiva entidade de classe propor mandado de injunção para que sejam asseguradas no caso concreto.

Apoiado pelos Constituintes José de Deus Antunes (PDT — AM), José Fernandes (PDT — AM), Costa Ferreira (PFL — AC) e Narciso Mendes (PFL — AC), José Menezes (PDS — PA) disse que o parecer do relator, José Paulo Biso (PMDB — RS), de não se admitir a exigibilidade imediata, ou seja, refutação, a média do pensamento de seus membros.



## ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

### Dividir ainda mais o território

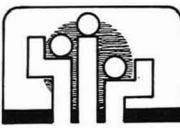
A criação de novas unidades da Federação continua centralizando os debates da Comissão de Organização do Estado. O relator, José Richa (PMDB — PR), recebeu 57 emendas aos anteprojeto, que propõem ainda mais três estados: Iguaçu, abrangendo parte do Paraná e Santa Catarina; do Ceará, a partir da divisão do Ceará; e o de São Francisco, criado com parte do norte mineiro e o sul da Bahia.

As propostas, por um lado, tendem a conceder benefícios aos municípios e buscam um reorganização administrativa. E o caso de emenda do Constituinte Osvaldo Lima Filho (PMDB — PE), que propõe seis regionamentos do Orçamento da administração direta e indireta, autarquias e empresas públicas da União que tenha a participação percentual dos investimentos em cada Estado.

As emendas apresentadas ainda tratam de constituir normas para diferentes setores administrativos, como a energia nuclear, isenções fiscais, mineração e transformação de órgãos estatais. E há ainda uma preocupação com detalhes como o Constituinte José Thomaz Nonô (PFL — AL), propondo a criação de um distrito político em todo o País.

A comissão ainda debateu com o vice-presidente do Banco do Brasil, Adroaldo Moura, e com o secretário do Tesouro Nacional, André Calabi, a respeito do sistema tributário nacional. O primeiro alertou os constituintes para o perigo de retaliação por parte de alguns países caso o Brasil decida, através da sua nova Constituição, proibir os bancos estrangeiros de operarem no País segundo, por seu turno, se manifestou contrário às restrições que se pretende impor a executivos de empresas de direito privado para que possam ser indicados para cargos da diretoria do Banco Central.

Um tema de realce tem sido o debate em torno da forma de tratamento tributário para beneficiar a microempresa. Mas as divergências, em vista das possibilidades de grandes mudanças no sistema de tributação brasileiro, levam a prever um trabalho difícil. O relator José Serra. Este, entretanto, já expressou sua disposição de buscar o diálogo e encontrar consenso. Há consenso apenas no sentido de buscar mudanças e renovações na área de tributação. Mas ainda não há, nos detalhes, uma convergência de ideias.



## COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

### Domínio do rádio e TV gera polêmica

A maior parte das emendas apresentadas aos anteprojeto examinados pela Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação referem-se ao tema educação e cultura. A seguir, por ordem quantitativa, vêm as que dizem respeito à Ciência e Tecnologia, seguidas daquelas alusivas à família, ao menor e ao idoso.

Há uma tendência de polarização no âmbito da Comissão, em virtude de proposta apresentada pela constituinte Cristina Tavares (PMDB — PE), criando um conselho formado por entidades educativas, comunitárias, sindicais, culturais e pelos poderes Legislativo e Judiciário, com o objetivo de substituir o Departamento Nacional de Telecomunicações — Dentel — na arbitragem de concessões de canais de rádio e televisão.

Outro assunto que mereceu grandes debates foi o relacionado com a dissolução do casamento. O aspecto mais polémico foi o relativo ao prazo que o constituinte para que uma separação judicial possa ser convertida em divórcio. Segundo o anteprojeto em exame, o casamento pode ser dissolvido desde que haja prévia separação

# Oreção de todos

Se comunicação é importante, o povo se comunicou. O papel dos meios de comunicação foi alvo de milhares de sugestões populares. Entidades expuseram suas posições. Falou o Governo. Sugeriu o empresário. Reivindicou o trabalhador. No primeiro tempo da Constituinte o debate virou confronto. Agora, numa comissão maior começa a negociação. A tendência é por uma posição intermediária.

## Quem vence. Quem perde

A expectativa é de que a questão da comunicação social será um dos pontos mais polêmicos na Comissão da Família, do Menor, do Idoso, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Para o relator Artur da Távola (PMDB — RJ), um especialista na área, é natural que a polêmica se estabeleça diante de um tema tão complexo. Espera, no entanto, que as duas tendências que predominaram na fase da subcomissão sejam capazes de negociar, evitando o confronto.

### Interesses

O confronto começou cedo na subcomissão. Com raras deflexões e posições intermediárias, destacaram-se dois grupos distintos. O primeiro, vinculado às entidades profissionais, era liderado pela própria relatora da subcomissão, Cristina Tavares (PMDB — PE). O segundo envolvia parlamentares vinculados aos setores empresariais.

Enquanto os debates eram genéricos sobre a liberdade de imprensa e o pluralismo ideológico dos meios, ainda houve certa convergência. Mas quando emergiu a questão do controle dos meios pela sociedade, o grupo vinculado aos empresários reagiu, consolidando-se em bloco contra o anteprojeto da relatora.

Rejeitado o parecer de Cristina Tavares, o núcleo vitorioso passou a incorporar no texto todas as suas emendas, provocando a saída do grupo ligado à relatora do processo de votação.

Assim, o Conselho Nacional de Comunicação e o Conselho Editorial foram retirados do anteprojeto, mantendo-se o atual processo de concessão de rádio e televisão, ou seja, pelo Poder Executivo e não pelo Congresso Nacional, como propusera Cristina Tavares.

O artigo 12 do anteprojeto explicita a posição do outro grupo, quando reafirma que compete à União: 1 — explorar, diretamente ou mediante concessão, o conteúdo ou autorização, os serviços de telecomunicações.

No artigo 15, mantém-se o atual sistema, quando não o Conselho Nacional da outorga de concessões, autorizações ou permissões

de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens. As concessões, no caso serão por 15 anos, "e só poderão ser suspensas, não renovadas ou cassadas, por sentença fundada no Poder Judiciário". Uma vez mais a sociedade foi afastada do processo decisório diretamente ou via de sua representação parlamentar.

## Povo quer mais justiça social

Desde sua convocação a Assembleia Nacional Constituinte estabeleceu uma via de mão dupla com a população. Art. 1º, inciso III, foi afastado do processo decisório diretamente ou via de sua representação parlamentar.

Pela importância que a comunicação assumiu na vida de todos os brasileiros, graças ao suporte tecnológico e a envolvimento dos conteúdos, foi a própria comunicação um dos itens que mais sugestões mereceram dos brasileiros: 5.585, em pouco mais de 50 mil enviadas ao banco de dados do Prodesan.

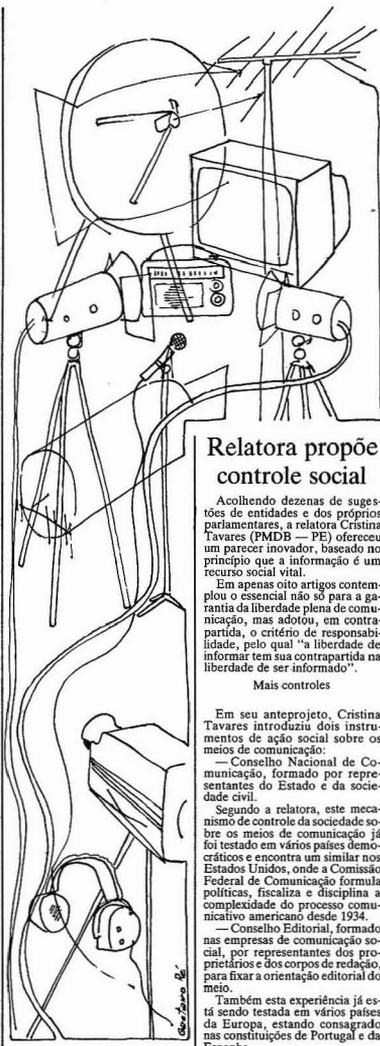
### Justiça social

A importância da comunicação no processo de conquista da cidadania fica bem expressa quando mais de duas mil sugestões apelam por um envolvimento mais direto dos meios impressos e eletrônicos na luta por justiça social. Quer os brasileiros que a comunicação proporcione a igualdade, e educação, a cultura e a pluralidade.

Neste sentido, propõem maior acesso à informação para todos os cidadãos. São 325 sugestões que tocam na questão do "direito à informação" como um direito fundamental do ser humano, ao lado de outros direitos como o à educação, à saúde, à habitação e à própria cidadania.

### Censura

Na memória da Constituinte há forte preocupação da população com as questões morais e éticas que envolvem as mensagens. Entre os 925 cidadãos que se referem à censura, a maioria sugere algum tipo de intervenção estatal no processo comunicativo. Há os que se referem diretamente à pornografia



vência democrática. No seu entender, o novo quadro institucional que o País viverá, imporá a convivência das organizações empresariais com produtores mantidos por entidades comunitárias ou culturais. E para ela, as mudanças sócio-políticas coincidirão com transformações tecnológicas profundas, o que propiciará os meios pelos quais a sociedade poderá falar.

## Direito: quase um consenso

No período de audiências públicas em que os Constituintes ouviram especialistas e entidades, só na área de comunicação social 17 instituições ofereceram sugestões constitucionais.

Mesmo de composição diversa, por representarem associações profissionais, empresariais e governamentais, em dois pontos houve consenso: "O direito à informação é um direito fundamental do cidadão e a comunicação é um bem social."

### Pontos comuns

No terreno do controle dos meios de comunicação, se não houve consenso, as teses se aproximaram. A proposta de criação de um Conselho Nacional de Comunicação, oferecida pela Federação Nacional dos Jornalistas — FenaJ, chegou a ser apoiada pela Associação Brasileira de Emissores de Rádio e Televisão — Abert, que representa o setor empresarial dos meios de comunicação.

Aquele Conselho, segundo a FenaJ, teria competência para estabelecer e fiscalizar políticas nacionais de comunicação, abrangendo as áreas de imprensa, rádio, televisão, além dos serviços de transmissão de imagens, sons e dados por quaisquer outros meios.

Não prática, o Conselho teria poderes para outorgar, renovar e até revogar as concessões de rádio, de televisão e de outros serviços de telecomunicação, que, segundo consenso geral, constituem serviços públicos.

### A divergência

Se em tempo do Conselho Nacional de Comunicação houve uma pequena aproximação entre os interesses dos trabalhadores e empresários, uma outra proposta da FenaJ produziu uma fissura irreversível: a do Conselho Editorial.

A proposta da FenaJ concordava com a orientação exclusiva dos meios de comunicação dada pelos seus proprietários. Em cada redação de jornal, rádio ou televisão, um conselho formado por profissionais da área orientaria e daria a última palavra no que se vai noticiar e nos textos transmitidos de cada veículo de comunicação.

A Associação Nacional dos Jornalistas não discutiu sequer o assunto, apenas respondeu a pedido do outro capítulo, com o qual os jornalistas também concordam: "É livre a manifestação do pensamento, da convicção política, filosófica, bem como a circulação de notícias por qualquer meio."

Uma outra divergência manifestada entre as várias propostas ouvidas e que será uma questão decisiva na continuidade dos trabalhos da Constituinte é a do monopólio estatal na comunicação postal, além das telecomunicações para qualquer uso.

## Relatora propõe controle social

Acolhendo dezenas de sugestões de entidades e dos próprios parlamentares, a relatora Cristina Tavares (PMDB — PE) ofereceu um parecer inovador, baseando no princípio que a informação é um recurso social vital.

Em apenas oito artigos contemplou o essencial não só para a garantia da liberdade plena de comunicação, mas adotou, em contrapartida, o critério de responsabilidade, pelo qual "a liberdade de informar tem sua contrapartida na liberdade de ser informado".

### Mais controles

Em seu anteprojeto, Cristina Tavares introduziu dois instrumentos de ação social sobre os meios de comunicação:

— Conselho Nacional de Comunicação, formado por representantes do Estado e da sociedade civil.

Segundo a relatora, este mecanismo de controle da sociedade sobre os meios de comunicação já foi testado em vários países democráticos e encontra um similar nos Estados Unidos, onde a Comissão Federal de Comunicação formula políticas, fiscaliza e disciplina a complexidade do processo comunicativo americano desde 1934.

Conselho Editorial, formado nas empresas de comunicação social, por representantes dos proprietários e dos corpos de redação, para fixar a orientação editorial do meio.

Também esta experiência já está sendo testada em vários países da Europa, estando consagrado nas constituições de Portugal e da Espanha.

No campo das telecomunicações, incluindo todos os serviços de transmissão de dados, telefonia, correios e telex, Cristina Tavares justifiou historicamente a necessidade da manutenção do monopólio estatal sobre o setor.

Na sua visão de um futuro, onde a comunicação tornarse-á ainda mais complexa, a relatora vislumbrou um novo cenário: o da convi-

(215 sugestões) como "abuso e manipulação" dos valores humanos. Genericamente, 238 cidadãos se referem à moral social como uma responsabilidade exclusiva dos meios de comunicação.

As questões tecnológicas, especialmente no campo das telecomunicações e até do radiomonitoramento, foram abordadas pelas sugestões populares.



Constituintes unidas procuram ampliar os direitos da mulher.

O aborto não é uma questão constitucional, mas deve ser regulado pela legislação ordinária. É o que defende a Deputada Irma Passoni (PT — SP), ao criticar o primeiro dispositivo do anteprojeto aprovado pela Subcomissão competente, que define como direito a garantia individual à vida, desde a sua concepção, até a morte natural, nos termos da lei. Desta forma, a nova Constituição invalidaria o que estabelece atualmente o Código Penal, que não proíbe o aborto nos casos de estupro e de risco de vida para a gestante.

Ao afirmar que nenhuma Constituinte apresentou qualquer proposta sobre o assunto, Irma Passoni diz não entender por que tanta polêmica tem sido levantada por parlamentares conservadores em torno do problema. Para ela, a intenção dessa corrente é centrar fogo nesta discussão para barrar as conquistas das mulheres, impedindo que a nova Carta assegure os direitos por elas reclamados. "Esta é uma intromissão indevida, uma afronta à nossa dignidade", enfatiza ela. Como é uma questão que a sociedade não discutiu exaustivamente, a Deputada petista admite a possibilidade de realização de um plebiscito sobre a matéria, mas não que a Constituinte criminalize ou não o aborto.

Mesmo ponto de vista tem a Deputada Anna Maria Rattes (PMDB RJ), 2.º-vice-presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, que considera perfeito o anteprojeto preliminar do relator, Senador José Paulo Bisol (PMDB — RS), em seu artigo terceiro. Neste dispositivo, são direitos e liberdades fundamentais à vida e à existência digna, sendo que a condição de sujeito de direitos é adquirida pelo nascimento com vida. Desde então, que a vida intra-uterina é responsabilidade da mulher, comporta expectativa de direitos e será protegida por lei. Com isso, o parlamentar salienta que não se está abrindo a permissão para o aborto nem revogando o que já existe na legislação penal. "Isto caberá a quem quiser mudar o Código Penal para legalizá-lo ou



Anna Maria Rattes: apelo aos progressistas

## MULHERES Temem uma Carta conservadora

criminalizá-lo totalmente", explica ela.

"Nenhuma Constituição moderna trata em seu texto do aborto. Por que a nossa, que pretende ser atual, deveria inserir esta questão?" Indaga a assessora técnica da Comissão de Combate à Violência Contra a Mulher do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Nilce Gomes de Souza, uma das nove representantes da entidade, que, juntamente com sua presidente, participaram e acompanharam os debates e a elaboração dos relatórios finais das subcomissões que discutiram a problemática feminina.

Como militante feminista, Nilce Gomes de Souza considera que o aborto deveria deixar de ser cri-

me, pois hoje se tornou uma questão de saúde pública, já que a realidade brasileira tem mostrado que, dos aproximadamente cinco milhões de abortos clandestinos realizados por ano, milhares de mulheres se submetem a essa prática nas piores condições de atendimento, pela falta de assepsia e cuidados médicos.

### Família

—Tanto a Deputada Anna Maria Rattes como a representante do CNJOM fazem restrições também ao anteprojeto aprovado pela Subcomissão competente na parte relativa ao reconhecimento da família, ao estabelecer que o casamento civil é a forma própria de

constituição da família. Quanto a união estável entre homem e mulher, o texto proposto determina que a lei facilitará sua conversão em casamento para efeito de proteção do Estado à família. Ambas defendem que o conceito de família deveria ser ampliado, de acordo com os costumes atuais, permitindo a assistência da família resultante de relações estáveis mas, não necessariamente consagradas pelo casamento civil ou religioso. Mais uma vez, Anna Maria Rattes acolhe o anteprojeto preliminar do Senador José Bisol, que estabelece como direito e liberdade fundamental a constituição de família pelo casamento ou por união estável, baseada na igualdade entre o homem e a mulher.

### Avanços

As Constituintes e Nilce Gomes de Souza apontam alguns dos pontos importantes para as mulheres, assegurados nos diversos relatórios finais das Subcomissões: o crime de discriminação como inafiançável; a igualdade de direitos e deveres entre o homem e a mulher referentes à sociedade conjugal, ao pátrio poder, ao registro dos filhos, à titularidade e administração dos bens do casal; os filhos, nascidos ou não da relação do casamento, tendo iguais direitos e qualificações, sendo proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Resultado de emenda sugerida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso em seu relatório criminaliza "qualquer atos que envolvam agressões físicas e psicológicas", contra a mulher e o menor. "Na constância das relações familiares".

Também a Deputada Irma Passoni conseguiu que fosse aprovado dispositivo garantindo a assistência integral pelo Poder Público à saúde da mulher, nas diferentes fases da sua vida, e o direito de homens e mulheres livremente determinarem o número de filhos, sendo vedada a adoção de qualquer prática coercitiva pelo Poder Público e por entidades privadas. Outros ganhos reconhecidos foram o atendimento pelo Estado

e pela iniciativa privada das crianças até seis anos de idade, através de creches e pré-escolas; a manutenção pelo Estado de locais apropriados nos estabelecimentos penais, a luta promette ser grande para que a nova Constituição assegure as reivindicações pretendidas. Numa reunião em que participaram dez das Constituintes, a conclusão tratada é de que há um machismo preponderante nas posições assumidas por grande parte dos parlamentares. A Deputada Irma Passoni afirma que todas as Constituintes estão sendo desafiadas, cercadas e punidas por suas lideranças e até pelas bancadas, por estarem demonstrando dignidade e firmeza em suas posições relativas a todos os assuntos e não só sobre as matérias que interessam especificamente às mulheres. O que para ela é inadmissível, ainda mais que as propostas assumidas fazem parte dos programas dos partidos.

### Machismo

Se alguns avanços foram conseguidos pelas mulheres nesta primeira fase de trabalhos da Constituinte, a luta promete ser grande para que a nova Constituição assegure as reivindicações pretendidas. Numa reunião em que participaram dez das Constituintes, a conclusão tratada é de que há um machismo preponderante nas posições assumidas por grande parte dos parlamentares. A Deputada Irma Passoni afirma que todas as Constituintes estão sendo desafiadas, cercadas e punidas por suas lideranças e até pelas bancadas, por estarem demonstrando dignidade e firmeza em suas posições relativas a todos os assuntos e não só sobre as matérias que interessam especificamente às mulheres. O que para ela é inadmissível, ainda mais que as propostas assumidas fazem parte dos programas dos partidos.

Para Anna Maria Rattes, é importante que as forças progressistas na Assembleia Nacional Constituinte se unam, independentemente dos respectivos partidos, na defesa dos pontos comuns. Também acredita ser indispensável a participação popular nas Comissões Temáticas e depois no plenário da Assembleia. A propósito, cerca de 40 mulheres feministas de São Paulo estiveram há 15 dias no Congresso Nacional apresentando um abaixo-assinado com propostas gerais que querem ver acatadas pelos Constituintes.

Como porta-voz dos vários movimentos feministas do País, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promete continuar sua luta, participando das discussões e resoluções da Constituinte, mantendo contato com os grupos de mulheres e estimulando a sua mobilização para que pressionem os grupos parlamentares de seus respectivos Estados.

# Reforma agrária: em busca de terra firme

De um lado, os grandes proprietários de terra; do outro, sete milhões de trabalhadores rurais sem terra. De uma década, milhões de hectares improdutivos, esperando a valorização imobiliária; do outro, levadas de posseiros esperando um direito que não lhes chega. No campo, os vazios crescendo, o desemprego, a fome, o êxodo; na cidade, os bolsões de miséria inchando da noite para o dia. Não há infra-estrutura habitacional, médico-hospitalar, nem escola, nem mercado de trabalho capazes de absorver os 30 milhões de brasileiros que, de 60 a 80, migram do campo para a cidade.

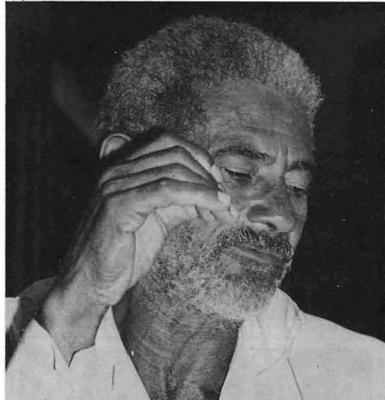
A situação gerou, na Assembleia Nacional Constituinte, um dos debates mais polêmicos: a reforma agrária. O debate não é novo. Remonta a José Bonifácio e Joaquim Nabuco. Mais de 150 anos. Nem é fácil. Desde o Império, depois na República, passando por quase todos os governos, a reforma agrária acalorou as discussões e suscitou muitos conflitos de ideias. Várias leis foram feitas, nenhuma cumprida. O terreno em que se desenvolve o tema é movediço, escorregadio. Com a Constituinte, os indicadores apontam para um consenso em torno de sua concretização e urgência. O debate, agora, parece estar em busca de terra firme.

Um limite para a propriedade rural parece ser o ponto mais crítico do debate em torno da reforma agrária. Tanto da parte dos Constituintes que integram a Comissão de Ordem Econômica, na qual se fundiu a Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, como da parte de vários segmentos da sociedade brasileira, que se manifestaram através de inúmeras sugestões enviadas à Subcomissão e nos depoimentos de pessoas e entidades ligadas a setor agrícola que ali depuseram.

Ter ou não ter um limite, eis a questão.

Na opinião do Constituinte Rosa Prata (PMDB - MG), autor do substitutivo votado na Subcomissão da Reforma Agrária, em lugar do anteprojeto apresentado pelo Relator, Constituinte Oswaldo Lima Filho (PMDB - PE), limitar a propriedade rural não é fundamental, porque o Brasil tem enormes disponibilidades de terras da União, dos Estados e dos Municípios que poderiam servir aos objetivos da reforma agrária, desde que não estejam produtivas. E se pergunta: por que desapropriar a propriedade produtiva? Quem responde é o Deputado Aldo Leite (PSC do RJ) com o argumento de que a experiência tem demonstrado que, no geral, as grandes propriedades têm baixíssima produtividade. A contrapartida é o aumento de seu preço de que muitas grandes propriedades

Joaquim Firmino/CB



**“A reforma agrária deve servir para aumentar a produção e expandir a fronteira agrícola. O resto é demagógico”**

apresentam excelente nível de produção, ele frisa: “Não vamos legislar para a exceção, a sim, para a regra”. A sua vez, o critério da produtividade, por ser de difícil aferição, tem inviabilizado, na prática, todas as tentativas de reforma agrária.

Já o Constituinte Alysson Paulinelli (PFL - MG), ex-ministro da Agricultura, acha que o Governo deve definir claramente a forma de acesso à propriedade, mas condena o modo desordenado como se fazem hoje as vistorias e como se conduzem os processos de desapropriação. Ele admite um limite para a propriedade, mas só quando o Estado tiver ocupado todas as suas terras ociosas, deixando as atuais propriedades produtivas isentas da ação desapropriatória. Ao que o Constituinte Fernando Santana (PCB - BA), rebate: “Quando chegarmos aí, não haverá mais o que definir. É a guerra, então, será maior”. Para o Constituinte Roberto Carlos Alves (PMDB - SP), defensor do critério da produtividade, “a reforma agrária deve ser realizada em terras improdutivas ou ociosas. Tentá-la em terras produtivas desorganiza a produção, agrava a miséria, aumenta a fome. Ela deve servir primeiro para aumentar e expandir a fronteira agrícola. O resto — frisa — é temerário e demagógico”. Ele lembra: “Para produzir, precisamos de equipamentos, tecnologia e trabalho. Só terra não dá”.

Filho, neto e bisneto de latifundiários, o Constituinte Benedito Monteiro (PMDB - PA), um estudioso da questão agrária há 30 anos e autor de livros, os únicos no País que expõem teorias sobre o assunto, reafirmou na Comissão de Ordem Econômica o que disse, semana passada, da tribuna da Câmara: sem uma estrutura agrária adequada, o projeto de reforma agrária nunca vai atingir suas finalidades. Em emendas apresentadas da 1ª deste mês, sugeriu a criação da “propriedade social” e da Justiça Agrária, específica para julgar os conflitos do setor. Sua concepção de que a não limitação

seado no mercado interno, que nunca foi esse “miserável mercado interno”, segundo classificação do Senador Roberto Campos, a respeito da capacidade de compra do nosso povo. Lá, segundo o que já vinha se fazendo na marcha para o Oeste, o Presidente Lincoln, em 1862, decretou o *Homestead Act*, pelo qual nenhuma família, por maior que fosse, poderia marcar área superior a 160 acres, que correspondem exatamente a 64,75 hectares. Isso permitiu um extraordinário desenvolvimento da agricultura, dando poder de compra aos homens do campo e, na base desse mercado do campo e da cidade, o parque industrial americano desenvolveu-se com absoluta autonomia, chegando até a década de 20 sem maiores produções com a exportação. Enquanto nós, com o “miserável mercado interno”, no conceito do Senador Campos, continuamos muito preocupados em aumentar nossas exportações, mas sem nenhuma preocupação de dar aos 140 milhões de habitantes um nível de vida que lhes permita um melhor desenvolvimento da indústria no País, atendendo a um só tempo não só ao mercado interno crescente mas também ao mercado externo, que não será a única saída.

Em seu livro “A Crise Agrária”, o economista Alberto Passos Guimarães aponta a irracionalidade das estruturas como a causa mais prejudicial à exploração agrícola, afirmando que explorações minúsculas ou explorações gigantes dificilmente mantêm níveis de produtividade e de lucratividade satisfatórios em relação à intensidade de trabalho ou à intensidade de capital empregados. Depois de lembrar o exemplo vivido por vários países, como a Inglaterra

O limite da propriedade é um ponto básico no encaminhamento da questão da reforma agrária, para o Deputado Fernando Santana. Ele diz: “O limite da propriedade, tecnologia e trabalho. Só terra não dá”.



**A luta difícil de uma família rural obrigada a deslocar-se de um lado para outro e começar vida nova (D) e a luta sem resposta de um possessor (E)**

Leandro Abreu



**“Vinte milhões de hectares estão com apenas 20 proprietários e 7 milhões de trabalhadores rurais não possuem terra alguma”**

nos outros atendimentos de natureza social. O relator na subcomissão, Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB - PE), entretanto, refutou essa afirmação. Para ele, foi o Senador que, “contrariando o Regimento”, impediu que seu parecer fosse votado. Lima Filho que pretendia a hipótese de desapropriação para áreas que excedem 100 módulos rurais, garante que sua iniciativa atendia muito mais aos interesses dos trabalhadores sem terra.

## A FALA DOS NÚMEROS

Vinte e quatro por cento de toda a área cadastrada pelo INCRA são dominados por apenas 4.500 grandes proprietários (com imóveis acima de 10 mil hectares), 14% abrigam as propriedades de mais de 3 milhões e 705 mil pequenos proprietários, cujos imóveis não alcançam 100 hectares. Sem terra, sem emprego fixo, sem moradia, sem assistência política, estão sete milhões de trabalhadores rurais brasileiros.

A maior parte da produção agrícola brasileira advém de propriedades com até 100ha. Nessa faixa estão 87,48% da produção nacional de mandioca, 76,63% da produção de feijão, 68,16% da produção de milho; 37,1% da produção de arroz, 65,64% da produção de algodão e 46,2% da produção de soja. Incluindo-se também as propriedades com até mil hectares, vamos encontrar praticamente a totalidade da produção rural brasileira.

Em 1986, os conflitos em torno da posse da terra deixaram um saldo de 298 trabalhadores rurais assassinados. Nos dois últimos anos, conforme dados citados pelo Constituinte Olívio Dutra (PT - RS), 1.188 trabalhadores rurais foram mortos em consequência da violência que se estabeleceu em torno do latifúndio.

No Brasil, cuja extensão territorial é de pouco mais de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, 20 proprietários rurais detêm mais de 20 milhões de hectares. A campanha de 63 fazendas, num total de 584.173ha. O mais “pobre” desses 20 proprietários é Jorge Wolney Ataila, cuja única fazenda engloba 427.308ha. “Veja no quadro, a relação completa dos 20 maiores proprietários rurais no Brasil”.

Maria Valdira

## OS 20 MAIORES PROPRIETÁRIOS

	ÁREA TOTAL (ha)	UF
Manasa Madeireira Nacional	4.302.190,0	AM
Aplub Agro Florestal Amazônia S.A.	2.245.622,5	AM
Cia. Florestal Monte Dourado	1.682.227,0	AP e PA
Adalberto Cordeiro e Silva	1.382.134,0	AM
Mustafa Said	1.074.536,0	AM
Cotriguasu Colonização do Aripuna S.A.	1.000.000,0	AM
João Francisco Martins Barata	1.000.000,0	AP
Mancel Meireles de Queiroz	975.000,0	AC
Albert Nicola Vitali	690.340,0	BA
Pedro Aparecido Dotto	671.400,0	AC
Mázi Hassan Elmudala	661.174,0	AM
Mário Jorge Medeiros de Moraes	587.086,0	AM
Rosa Lina Gomes Amorá	584.157,0	AM
Cia. Desenvolvimento do Piauí	577.882,5	PI
Moraes Madeira Ltda.	577.341,6	AM
Agorindústria do Ampap S.A.	540.613,0	AP
Cia. de Colonização do Nordeste	448.000,0	MA
Adão Medeiros Paz	432.119,4	AM
Jussara Marques Paz	432.119,4	AM
Jorge Wolney Ataila	427.390,0	AC
Fonte: CNBB	Total.....	20.291.412,4

terra e os Estados Unidos, diz: “O fato evidente de que as grandes empresas possuem gastos, ofereçam condições mais produtivas e proponham uma massa de lucro superior à das pequenas empresas não significa que elas possam crescer sem limites, e que, ao crescerem, mantenham as mesmas vantagens comparativas proporcionalmente ao seu crescimento”.

## LADO SOCIAL

No dia 5 do mês passado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) dava entrada em sua proposta sobre política agrícola na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária. Nela se defendia o princípio de que a política agrícola deve estar direcionada para a distribuição da renda, com ênfase ao caráter social e não apenas produtivista, garantindo as condições necessárias para atingir a igualdade efetiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores e evitar que o setor agrícola seja desfavorecido nas relações de troca com outros setores. Nesse sentido, um dos pontos explicitados é a proibição de incentivos fiscais à latifúndios e a propriedades rurais com área superior a 60 módulos. Aliás, a limitação de 60 módulos (ao invés de 100), propostos pelo Relator Oswaldo Lima Filho) é defendida pela Campanha Nacional pela reforma agrária (CNRA) sob a alegação de que os imóveis com área superior a 60 módulos somente têm 31% da área declaradamente utilizada, e mesmo essa parcela é, em verdade, subutilizada em sua maior parte (de acordo com dados oficiais do INCRA, 1985).

“A propriedade deve ter um limite”. Esse é o pensamento da

Igreja, expresso por Dom Afonso Gregory, responsável pelo setor da Pastoral Social junto à CNBB, e bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Embora a igreja não estabeleça qual seja esse limite, o representante social da Igreja declara que a propriedade não é algo intocável, absoluto, mas traz inerente a ela uma obrigação social. Para a Igreja, a reforma agrária é, em primeiro lugar, uma questão de justiça, pois de um lado, hoje, está uma minoria de proprietários com a mais alta concentração de terras, e do outro, milhões de trabalhadores rurais sem terra alguma. Em segundo lugar, é uma questão importante para a democracia, porque uma democracia em que os bens estão concentrados nas mãos de uns poucos é uma democracia apenas verbal, e não real. “Deus deu a terra aos homens, a toda a humanidade, a todos, sem distinção, e não somente a alguns poucos”, conclui Dom Afonso Gregory.

**“A doutrina da Igreja declara que a propriedade não é algo intocável, mas sobre ela pesa uma obrigação social”**

Posto em votação, o Substituto Rosa Prata teve apenas dois de seus artigos aprovados. Pronunciando-se sobre o episódio, o presidente da Subcomissão, Senador Edison Lobão declarou: “Acho que o trabalho da Subcomissão se frustrou em virtude do radicalismo do relator, Deputado Oswaldo Lima Filho. A proposta do Deputado Rosa Prata, segundo Edison Lobão, contemplava o trabalhador do campo com crédito agrícola, assistência técnica, arização, estradas vicinais, política habitacional, seguro e diver-

## SUBCOMISSÃO, 1º PASSO

Dia 25 de maio último, ao se proceder a votação do anteprojeto

# A FRAQUEZA DO PODER NO PRESIDENCIALISMO

O regime presidencialista é o principal responsável pela série de crises políticas, econômicas, institucionais que a Nação tem vivido.

Rui Barbosa, senador, em 1921, despedindo-se dos colegas porque resolveu retornar às tarefas intelectuais, recordou naquela Casa do Congresso, perante seus colegas, as duas reformas que no regime anterior de estrutura parlamentarista permitiram a adoção da eleição direta e da abolição do trabalho escravo.

Rui Barbosa, penitencioso-se naquela ocasião de sua posição presidencialista, declarou:

"Com o novo regime, não por que ele abraçasse o caráter republicano, mas porque cometera o erro em que eu tive parte de, adotando em toda a sua estrutura o presidencialismo americano, estabelecer um mecanismo onde, anulando o valor das Câmaras Legislativas, desarmada a tribuna parlamentar, como esta se desarma a Nação e como aquela se anula a opinião pública, substituindo-a pelas oligarquias decorrentes dessa atmosfera de discórdia irresponsabilidade, em que se criam as facções pessoais e que envolve o poder em todas as suas esferas.

Rui não poupar críticas à estrutura política que se criou para as idóias, bem como à "Constituição cujas reformas, há quase um quarto de século, não tem tido o geral do povo brasileiro encara como necessárias, urgentes, in-terpretables, e tivessem decem-annos defendidos contra todas as tentativas de alteração nas suas causas evidentes pela coligação dos interesses, à tutela das quais se submetem a todos os residua soberania nacional".

Nenhum depoimento contra o presidencialismo adotado pela Constituição de 1891 poderia ser mais autorizado que o de Rui Barbosa, porque se constitui numa verdadeira síntese do que tem-do-se em conta seu empenho na adoção do sistema de governo na Constituição de 1891.

A concentração de poderes nas mãos de uma única pessoa que escolhe pessoalmente os ministros, que põe e depõe de toda a máquina federal, particularmente em um País de estrutura continental como o nosso, é um mal que produz crises sucessivas.

O sistema parlamentar de governo compromete não apenas partidos, mas especialmente o Poder Legislativo na administração da coisa pública, tornando a responsabilidade distinta entre muitos que por sua vez assumem compromissos setoriais, segundo as áreas ministeriais que lhes são reservadas.

O argumento de que o parlamentarismo repousa na existência de partidos e que estes não são os possuídos atualmente, falha em sua base, porque poder-se-ia articular um sistema inverso, segundo o qual esse sistema de governo facilitaria a estruturação partidária, possibilitada, até agora, pelos interesses do dia-a-dia que estimularam o Governo a extinguir as legendas, pe-

riodicamente, fechando as organizações partidárias, determinando, arbitrariamente, a troca de siglas, etc.

O sistema de governo que valorize os partidos e restitua ao Congresso sua real vida será capaz de possibilitar uma estrutura estável; a organização partidária brasileira, exatamente o contrário do que apregoam os presidencialistas.

Al, assim, por ser, também, o argumento de que todos os países desenvolvidos podem adotar com resultado o parlamentarismo, até porque a situação de estagnação em que se encontram a Espanha e Portugal demonstra exatamente o contrário.

Não há com o parlamentarismo, ao contrário do que afirmam os críticos desse sistema, uma simples transferência de poderes do Executivo para o Legislativo. O que há, em verdade, é composição de responsabilidades comuns que tornam mais ampla e mais sólida a base de sustentação do Governo. Não defendemos, porém, o parlamentarismo puro, mas o misto, que valoriza o Presidente da República com a eleição popular e reduz sua carga de responsabilidade com o Ministério escolhido pelo Congresso.

É uma solução equivalente ao *impeachment*, sem o choque que esta medida característica do presidencialismo provoca, paralisando as atividades de todos os setores.

Queremos um parlamentarismo não para esconder um golpe ou remediar uma crise, mas para assegurar a estabilidade às instituições.

O fato de concentrar maiores poderes no Legislativo não diminui as possibilidades de melhor administração, até porque o colegiado parlamentar apresenta-se com características democráticas mais amplas, valorizando a atuação harmoniosa dos poderes.

Uma maior flexibilidade para as crises e a absorção dos conflitos são suas características.

É esta e a hora da saída de um regime como o parlamentarismo que comprometa as raízes populares da representação legislativa, mas responsabilidades da administração e que esteja, por isso mesmo, obrigada a defender no Legislativo as políticas e decisões do Governo através de suas bancadas.

Não reivindicamos uma experiência.

Pleiteamos a utilização de todo o acervo acumulado por várias décadas de experiências que levaram o País de suas populações e que asseguraram uma situação estável de responsabilidade decisional, social e econômica dessas nações.

Tudo está a indicar que caminhamos ser responsáveis pela defesa do País contra ameaças externas. Nos tempos de paz, os dirigentes militares devem buscar o aperfeiçoamento técnico de seus efetivos e o desenvolvimento do setor bélico.

O deputado disse que nas Forças Armadas se procura justificar a intervenção a nível interno,

*Constituinte Paes de Andrade, 1.º Secretário da Câmara dos Deputados*



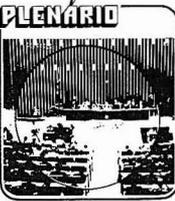
Paulo Ramos preocupado com os militares. Rose de Freitas, com a economia.

## Tratar do agora ou pensar no futuro?

A Assembléia Nacional Constituinte deve preocupar-se apenas em elaborar as normas que vão reger o futuro do País ou deve ao mesmo tempo intervir na solução dos problemas econômicos e sociais trazidos à baila pela crise que se agrava? É mais urgente discutir o futuro sistema de governo e o mandato do Presidente Sarney ou alterar de imediato as leis orçárias para viabilizar uma saída para a crise econômica?

Essas dúvidas foram colocadas em plenário por diversos parlamentares durante a semana, sem que se delineasse uma tendência majoritária em relação a uma prioridade no conjunto da Constituinte e nem entre os integrantes de um mesmo partido. O deputado Farabullini Júnior (PTB — SP) afirmou que o melhor caminho para sair da crise é um mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney, que a seu ver se mostra incompetente para planejar a curto prazo uma saída para as dificuldades.

O Presidente da República, acredita o deputado, está diante de um dilema: ou realiza programas de curto prazo, abandonando obras onerosas e ficando sem o respeito da opinião pública, ou passará à História como um ambicioso e um incompetente. Farabullini Júnior denunciou como imoral o sistema de alicenciamento do Palácio do Planalto vem fazendo junto à Constituinte para



garantir um mandato de cinco ou seis anos.

A deputada Rose de Freitas (PMDB — ES) entende que a origem da crise não se encontra na duração do mandato do Presidente Sarney mas sim no imobilismo que atingiu seu partido. Segundo ela, a transição política em curso não justifica que o partido se cale diante daqueles que se valem de sua legenda para votar contra os princípios programáticos básicos que garantiram suas sucessivas vitórias eleitorais.

O PMDB deve retomar suas bandeiras mudancistas e com base nelas elaborar um plano econômico para sair da crise e garantir a transição, afirmou a deputada, sob pena de a vida política brasileira registrar um retrocesso, como está acontecendo em algumas subcomissões, como a da Reforma

Agrária e a da Soberania Nacional.

Soldo Borges dos Reis, deputado pelo PTB paulista, afirmou que a Assembléia Nacional Constituinte não tem nada a ver com a crise econômica, cuja responsabilidade é do Governo, que possui os mecanismos necessários para seu controle. E lembrou, inclusive — disse —, que a crise antecede em muito a última eleição da Constituinte.

O deputado é de opinião que o trabalho da Constituinte visa planejar o futuro. Para isso tem contado com ampla participação popular. Não se deve prender os crises conjunturais nem a modelos constitucionais preestabelecidos. O trabalho da Constituinte não deve ser tolhido pela crise conjuntural nem pela definição "a priori" em favor de uma Constituição sintética ou analítica, deve orientar-se no sentido de elaborar uma Constituição representativa dos interesses nacionais, capaz de ser duradora e respeitada por todos os segmentos sociais.

Para o deputado Adolfo Oliveira (RJ), líder do PL, o povo espera vitórias operosas e eficazes para conter a crise econômico-social e não se preocupa com a questão do mandato do Presidente, nem com os problemas político-partidários. É preciso que a Constituinte reflita os interesses do povo e não se conforme com as estruturas arcaicas e carcomidas que levaram o País a esta situação, concluiu.

## O papel das Forças Armadas

A definição do papel das Forças Armadas foi reclamada pelo deputado Paulo Ramos (PMDB — RJ). Ele criticou a proposta favorável à manutenção das Forças Armadas como guardiãs da segurança interna, por entender que elas devem ser responsáveis pela defesa do País contra ameaças externas. Nos tempos de paz, os dirigentes militares devem buscar o aperfeiçoamento técnico de seus efetivos e o desenvolvimento do setor bélico.

O deputado disse que nas Forças Armadas se procura justificar a intervenção a nível interno,

quando este setor deve voltar-se para a garantia da soberania nacional. Segundo ele, em tempos de paz, as preocupações devem ser dirigir para os avanços tecnológicos na área bélica, bem como para a preparação dos efetivos militares e do sistema de autodefesa do País, em vez de se ficar procurando in-existentzinhos externos.

A soberania nacional precisa ser mantida e preservada, mas a doutrina de segurança nacional, que justifica a intervenção das Forças Armadas em assuntos internos, na opinião do deputado, precisa ser extinta. Com ela deve ser extinto

também o principal órgão articulador da doutrina que é o Serviço Nacional de Informações. Paulo Ramos justifica a dissolução do SNI com o argumento de que ele mantém todo o País sob vigilância constante, inclusive os integrantes da Assembléia Nacional Constituinte.

Defende o deputado a criação de um Ministério da Defesa, que teria a função de coordenar e centralizar a profissionalização das Forças Armadas brasileiras, cujo comando, hoje, existe tal nível de fragmentação que justifica a existência de seis ministros militares.



# A dívida externa em debate

OS PARTIDOS  
E O PAÍS



PTB



Deputado Arnaldo Faria de Sá

## “Decisão foi erro político”

O Governo brasileiro cometeu um erro político na decretação da moratória, pois acreditou que esse fato por si só seria capaz de criar uma mobilização de toda a sociedade em um movimento de engajamento similar ao que a Argentina tentou com a declaração da Guerra das Malvinas. A avaliação é do Deputado Arnaldo Faria de Sá, do Partido Trabalhista Brasileiro e membro da Secretaria da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte.

O simples fato de o País decretar a moratória poderia ser adiado, pois com a moratória o Governo assumiu uma posição declarada de que não poderia arcar com os pagamentos deste ano. O melhor que o Governo faria, na opinião do parlamentar paulista, era deixar que os credores brasileiros se preocupassem com o não-pagamento, e não uma declaração clara.

Arnaldo Faria de Sá também é favorável à realização de uma auditoria na dívida brasileira que apontasse os responsáveis pelos possíveis desvios, bem como determine onde foi gasto esse montante. Com o nível atual do endividamento do País, concluiu, não é possível mais pensar em obras faraônicas.

Na próxima edição, o capital estrangeiro

entrevistadas, apenas o Deputado José Lourenço, BA, Líder do PFL, manifestou-se contrariamente à auditoria, por acreditar que o endividamento brasileiro é resultado das obras de infra-estrutura feita no Brasil.

E sobre a moratória decretada pelo Governo brasileiro? Embora a maior parte dos partidos concorde com a medida, muitas lideranças argumentaram que ela foi tomada não como fruto de uma decisão política amadurecida mas, sim, da falta de recursos do Brasil para honrar seus compromissos no exterior. Esta falta de recursos é explicada de maneira diferente pelas lideranças partidárias.

PDS



Deputado César Cals Neto

## Pagar, mas desenvolver

O pagamento da dívida externa não deve inviabilizar o desenvolvimento do País, de acordo com o Deputado César Cals Neto, do Partido Democrático Social. Segundo o parlamentar, a dívida não deve representar um maior sacrifício para o povo brasileiro, e o seu pagamento deve obedecer a padrões que não comprometam o ritmo da produção nacional e muito menos a soberania da Nação.

Para César Cals Neto, não é racional desequilibrar-se o balanço comercial brasileiro, desestabilizando-se as reservas cambiais do País através de atos de irresponsabilidade do Governo. Para o parlamentar cearense, o passado recente do Brasil — mais precisamente na administração do ex-Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, foi marcado por atos de incompetência na condução da política econômica.

No entender de César Cals Neto, a renegociação da dívida externa não deve ser conduzida de cabeça erguida, não impondo nem sacrifícios maiores, nem a recessão econômica. Para o Deputado, a moratória decretada pelo Governo seria legítima se defendesse a soberania, mas é fruto da irresponsabilidade.

PDT



Deputado Brandão Monteiro

## Auditoria para dívida externa

Antes de se definir pelo pagamento da dívida externa, o Governo deveria promover uma am-

pla auditoria para que a Nação pudesse conhecer o montante, os débitos reais e o quanto desses recursos tomados ao exterior ingressaram realmente no País. Quem afirma isto é o Deputado Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista, que também se mostrou favorável à decretação de uma interrupção no pagamento da dívida.

Segundo Brandão Monteiro, o pagamento do principal e dos serviços da dívida externa não podem representar, como ocorre atualmente, uma constante sangria dos recursos do País, que deveriam ser investidos internamente. Para o Líder do PDT, essa remessa de dólares aos bancos credores é uma das principais causas da grave crise econômica por que passa o Brasil.

O maior problema do atual sistema de pagamento da dívida externa, para o Deputado, é que o Brasil está exportando o produto das riquezas nacionais, fruto do trabalho do povo, de uma forma que apenas reforça o desequilíbrio entre as nações.

PT



Deputado José Genoino

## “A dívida já está paga”

O Partido dos Trabalhadores acredita que a Assembleia Nacional Constituinte deve optar pela nulidade da dívida externa brasileira. Esse é o ponto de vista defendido pelo Líder do Partido, Deputado José Genoino, que acredita que o endividamento é um problema não só econômico, mas também político, e até mesmo moral. O parlamentar ressalta que os recursos enviados ao exterior já foram suficientes para cobrir o montante dos empréstimos e, portanto, a opção pela suspensão do pagamento é a mais justa.

É uma possível represália dos credores? O Deputado José Genoino não acredita nessa possibilidade. Para o parlamentar, quem teria a perder com medidas retaliatórias seriam os bancos credores, pois o País, em sua opinião, poderia enfrentar a crise com a exploração da riqueza dos recursos naturais.

A opção seguida pelo Governo brasileiro de decretar a moratória não satisfaz o Partido dos Trabalhadores. Segundo José Genoino, a decisão do Governo não foi política, mas sim resultado de problemas de caixa.

A proposta mais forte para a questão do endividamento externo brasileiro é do Partido dos Trabalhadores, que considera os compromissos já honorados e propõe a suspensão do pagamento. Os demais partidos apresentam propostas que, de um modo geral, estipulam o pagamento de todos os compromissos futuros, desde que sejam compatíveis com a capacidade de pagamento do País e não comprometam o processo de desenvolvimento com novo quadro de medidas recessivas.

Outra sugestão que foi levantada pela maioria dos partidos foi a de realização de uma auditoria completa na dívida brasileira. Entre as lideranças

PMDB



Deputado Hélio Manhães

## Debatar para desmistificar

A nova Constituição deve promover um amplo debate em torno da questão do endividamento externo do Brasil, colocando todos os seus detalhes a descoberto e permitindo, dessa maneira, desmistificar a dívida. A opinião é do Deputado Hélio Manhães, Vice-Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que é também um dos defensores da auditoria completa da dívida externa, inclusive com a punição rigorosa dos culpados.

Hélio Manhães acredita que a moratória decretada pelo Governo foi uma atitude acertada, pois o País não suportava pagar mais. O parlamentar acredita que a decisão foi influenciada por um problema de caixa, mas lembra que o País pagou mais do que podia suportar a sua economia. E citou célebre frase de Tancredo Neves, que dizia que a “dívida externa não se paga com a fome e a miséria do povo brasileiro”.

A forma de pagamento dos compromissos do Brasil no exterior passa, segundo o parlamentar capixaba, por um estudo do Governo onde se definiria a capacidade de pagamento do País, tendo como objetivo permitir o crescimento econômico sem impor medidas que provoquem nova recessão.

PFL



Deputado José Lourenço

## Caixa baixa. É a moratória

A moratória que o Governo brasileiro decretou este ano não é resultado de uma decisão política decorrente de um amplo acordo entre os diversos segmentos da sociedade, mas, pelo contrário, uma situação resultante da falta de recursos de caixa que as autoridades econômicas do País registraram a partir da queda do superávit da balança comercial. Essa é a opinião do Líder do Partido da Frente Liberal, Deputado José Lourenço (BA), que defende uma ampla negociação da dívida.

De acordo com o parlamentar, nas negociações mantidas com os bancos credores, o Governo deve assegurar uma forma de pagamento dos compromissos do endividamento sem que isso implique necessariamente em impor maiores sacrifícios ao povo brasileiro. A auditoria, segundo José Lourenço, não é uma medida apoiada pelo Partido da Frente Liberal, pois, se houve algum desvio de verbas, foi mínimo. O endividamento externo do País, para o Deputado, pode ser encontrado em todas as obras de infra-estrutura. A auditoria, concluiu o Líder do PFL, se aplica a países que se endividaram e não têm qualquer obra relevante a apresentar.

PDC



Senador Mauro Borges

## Sem vender, não se paga

O Brasil se encontra em uma posição muito difícil em relação à dívida externa, pois, se de um lado precisa honrar seus compromissos, do outro é obrigado a enfrentar o protecionismo dos países industrializados, principalmente dos Estados Unidos. Essa é a opinião do líder do Partido Democrata Cristão, Senador Mauro Borges, que acrescenta que a dívida brasileira com o exterior precisa passar por uma rigorosa auditoria.

A fórmula ideal de o Brasil pagar os seus débitos externos, segundo Mauro Borges, é comprometer apenas um percentual dos saldos da balança comercial. Esta solução, para o parlamentar, permitirá ao País não ficar mais a mercê da variação das taxas de juros externas, pois o Brasil já pagou muito de sua dívida externa à custa de graves sacrifícios internos.

Quanto à auditoria decretada recentemente pelo Governo brasileiro, o senador goiano mostrou-se favorável. Aos que acreditam que o Governo não decretou a moratória em um momento propício, Mauro Borges afirma que o País não deve esperar um momento especial para negociação, mas sim criá-lo.

PL



Deputado Adolfo Oliveira

## Como se gastar o dinheiro?

O Partido Liberal não é favorável apenas a uma auditoria na dívida externa brasileira, mas a uma revisão das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a uma especificação do destino dos recursos do FINSOCIAL, bem como à apuração de onde está sendo aplicado o dinheiro arrecadado pelo PIS/PASEP. Tudo isso com o objetivo de dar maior transparência ao processo de distribuição de recursos no País, bem como

de permitir uma participação mais ampla da sociedade. A opinião é do líder do Partido Liberal, Deputado Adolfo Oliveira.

O parlamentar acredita que a moratória, decretada pelo Governo brasileiro, foi uma dramatização apresentada pelas autoridades econômicas, com o intuito de desviar a atenção do povo dos erros cometidos e da crise por que passa o País. O Partido Liberal, afirmou Adolfo Oliveira, faz um "agradecimento aos economistas do PMDB, pois foram brilhantes em arrasar a economia do Brasil".

Quanto à forma de pagamento dos compromissos do País, Adolfo Oliveira acredita que o Governo deva promover uma política de contenção de gastos públicos e realizar cortes efetivos nas mordomias, no plano interno, bem como negociar taxas menos escandalosas no exterior.

PCB



Deputado Roberto Freire

## Auditoria: de quem a culpa?

O processo de endividamento externo do País deve passar por uma auditoria ampla, com exame dos instrumentos jurídicos que viabilizaram os empréstimos ao País, bem como da própria contabilidade dessa dívida. Essa posição é defendida pelo líder do Partido Comunista Brasileiro, Deputado Roberto Freire, que lembra que, após a apuração de todas as irregularidades no processo de endividamento, e as conclusões, os possíveis culpados devem responder a processos judiciais.

De acordo com a proposta do Partido Comunista Brasileiro, defendida pelo Deputado Roberto Freire, o Governo deveria negociar uma moratória que paralísse o pagamento da própria dívida por cinco anos. Essa medida, na opinião do parlamentar, permitiria ao País dispor de maior flexibilidade e recursos cambiais que seriam destinados para um programa de desenvolvimento de projetos sociais e econômicos.

Quanto à própria negociação da dívida, o parlamentar recomenda alerta que o Governo não deve ceder a pressões externas, como as que fomentaram a queda do Ministro Dileo Funari, e que o Governo deve buscar maior apoio interno, concluiu.

PMB



Senador Antonio Farias

## "Endividamento irresponsável"

Para o Partido Municipalista Brasileiro, o endividamento externo do País foi contraído de forma irresponsável. A posição do partido foi definida pelo Senador Antonio Farias, que acredita que a forma mais viável de o Brasil negociar com os bancos credores é apresentar uma fórmula de pagamento que não aumente a situação de penúria da maioria dos brasileiros. A solução para o senador seria comprometer apenas um percentual do superávit da balança comercial brasileira, pois essa parcela dificilmente criaria maiores problemas para a economia nacional.

Sobre a moratória, recentemente decretada pelo Governo, Antonio Farias acredita que ela não foi uma medida tomada no momento mais apropriado. Segundo o parlamentar, o Governo brasileiro deveria ter tomado essa decisão com maior antecedência — talvez três ou quatro meses — para que o País pudesse negociar em melhores condições com os credores.

A auditoria completa do processo de endividamento brasileiro, para Antonio Farias, seria fundamental, mas ele próprio reconhece que a auditoria dificilmente chegaria a uma conclusão, já que existem muitos desvios difíceis de serem detectados.

PSB



Senador Jamil Haddad

## "Medida tímida fora de hora"

A moratória ideal para o Brasil tem que ser mais ampla, e não uma iniciativa tímida como a que tomou o Governo brasileiro recentemente. Essa opinião é do líder do Partido Socialista Brasileiro, Senador Jamil Haddad, que la-

mentou ter o País declarado moratória menos por uma decisão política que por um problema de caixa.

Para Jamil Haddad, o Governo brasileiro deveria ter decretado a moratória quando disponível de recursos em dólares, resultantes do superávit da balança comercial. Não entender do parlamentar, se o Governo tivesse decretado a moratória com uma melhor situação de caixa, esses dólares excedentes poderiam ser usados para trazer benefícios para o campo social. Afinal, segundo dados do senador do PSB, o Brasil, que se orgulha de ocupar o oitavo lugar entre as economias mundiais, figura no campo dos benefícios sociais em 67ª colocação.

Jamil Haddad lembra que, entre 1970 e 1986, o País captou 200 bilhões de dólares, sendo que, deste total, 185 bilhões voltaram ao exterior como forma de pagamento dos serviços da dívida. Pela matemática, conclui o País não deve mais nada. Mas a dívida é hoje de 106 bilhões de dólares.

PC do B



Deputado Aldo Arantes

## "Soberania foi comprometida"

A questão do endividamento externo do Brasil faz parte da discussão da própria soberania nacional, mercedo ser tratado com mais destaque. Essa é a posição do Partido Comunista do Brasil, apresentada pelo seu Vice-Líder, Deputado Aldo Arantes. Na opinião do parlamentar, a bandeira da soberania nacional ficou relegada a um segundo plano diante da luta pela democracia, mas não deve ser esquecida.

O Partido Comunista do Brasil, de acordo com Aldo Arantes, tem uma postura definida na questão da soberania nacional, dividindo-a em quatro pontos principais. Primeiramente, a questão da soberania nacional deve passar por uma redefinição do que é exatamente uma empresa nacional que, segundo Aldo Arantes, é a que possui uma reserva de mercado para algumas áreas. E, finalmente, a exclusividade de exploração de minério por brasileiros. Tudo isso deve estar ligado a uma maior fiscalização do endividamento por parte do Congresso Nacional.

ORDEM COMPARADA

## A greve no Brasil e a fora

No Brasil, é direito assegurado aos trabalhadores, mas não será permitida greve nos serviços públicos e atividades essenciais, definidas em lei. Cabe aos juizes federais processar e julgar, em primeira instância, os crimes decorrentes de greve.

ARGENTINA — Garantido aos sindicatos o direito de greve. CHILE — Não poderá declarar-se em greve os funcionários do Estado nem das municipalidades. Tampouco poderão fazer-lo as pessoas que trabalhem em corporações ou empresas, qualquer que seja sua natureza, finalidade ou função, que atendam serviços de utilidade pública ou cuja paralisação cause grave dano à economia do País, ao abastecimento da população ou à segurança nacional. A lei estabelecerá os procedimentos para determinar as corporações ou empresas cujos trabalhadores estão submetidos à proibição.

ESPANHA — É reconhecido o direito à greve dos trabalhadores para a defesa de seus interesses. A lei que regular o exercício deste direito estabelecerá as condições e garantias para assegurar a manutenção dos serviços essenciais da comunidade.

PERU — A greve é um direito dos trabalhadores, garantido na forma que a lei estabelecer.

PORTUGAL — (Direito à greve e proibição do lock-out). É reconhecido o direito à greve.

Compete aos trabalhadores definir o modo de interdição de atividades através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito.

URUGUAI — A greve é declarada como um direito sindical. Sobre esta base será regulamentada seu exercício e efetividade.

VENEZUELA — Os trabalhadores gozam do direito de greve, de acordo com as condições que a lei fixar. Nos serviços públicos, esse direito será exercido nos casos em que a lei determinar.

ITALIA — O direito de greve é exercido no âmbito das leis que o regulamentam.

MÉXICO — As leis reconhecem como um direito dos trabalhadores e dos patrões as greves e as paralisações.

As greves serão lícitas quando tendentes por objetivos consistentes no equilíbrio entre os diversos fatores da produção, harmonizando os direitos do trabalho com os do capital. Nos serviços públicos será obrigatório para os trabalhadores dar aviso com 30 dias de antecedência à Junta de Conciliação e Arbitragem da data assinalada para a suspensão do trabalho. As greves serão consideradas como lícitas unicamente quando a maioria dos grevistas exerceram atos violentos contra as pessoas ou as propriedades, ou, em caso de guerra, quando os grevistas pertencerem aos estabelecimentos e serviços que dependam do Governo.

As paralisações serão lícitas unicamente quando o excesso de produção torne necessário suspender o trabalho para manter o preço em um limite acessível, com prévia aprovação da Junta de Conciliação e Arbitragem.

PARAGUAI — Fica garantido o direito de greve dos trabalhadores, e a lei regulamentará para assegurar seu exercício por procedimentos democráticos e exclusivamente para a defesa de interesses sindicais.



Wanderley, Ulysses Mainardi, Jorge Vianea, José Ulisses de Oliveira, Luis Roberto Pinto, Márcio Lacerda, Marcos Lima, Nyrer Barbosa, Osvaldo Lima, Paulo Zarzur, Percival Munim, Rachid Saldanha Derez, Raquel Capibene, Renato Johnson, Soa Prata, Santinho Furtado, Sérgio Naya, Severo Gomes, Valter Pereira, Vicente Bogo, Virgíldio de Senna. PFL: Alyson Paulinista, Antônio Ueno, Assis Camargo, Edison Lobão, Gilson Machado, Jaiés Fontoura, Jonas Pinheiro, José Luis, Lail Varella, Luiz Marques, Maluly Nery, Manoel de Fátima, Raquel Cândido, Rubem Mendina, Victor Fontana. PDS: Delfim Netto, Myriam Fontes, Roberto Campos, Virgílio Galassi. PDT: Amaury Müller, Luiz Salomão, Nelo Carvalho. PTB: José Egreja, Roberto Jefferson, PT: Irina Passoni, Vladimir Palmeira. PL: Afif Domingos. PDC: Mauro Borges. PC do B: Aldo Arantes. PPS: Fernando Gomes, Brito. Beth Azize. SUPLENTE(S) — PMDB: Afonso Camargo, Alvaro Antônio, Antonio de Barros, Sotônio Ferosa, Sérgio Franco, Dalton Canabrava, Darcy Deitos, Denisar Arneiro, Doroteo Campanari, Eivaldo Motta, Fausto Ferreira, Fernando Vainari, Farlan Gadelha, Henrique Eduardo Alves, Ivo Vanderlinde, João Cunha, João Zezek, Jorge Leite, João Mendonça dos Moraes, Leopoldo do Peres, Lúcio Sathler, Luiz Alberto Rodrigues, Mauro Campos, Paulo Miranda, Paulo de Azevedo, Paulo Miranore, Romildo Cesar Coelho, Sérgio Werneck, Sotônio Vilela, Sérgio Werneck, Pugliesi, Walnor de Luca, Wilson Campos. PFL: Afécio Dias, Atíla Lira, Cláudio Ávia, Elzeir Motta, Erico Pego, Ezequiel Nogueira, Horácio Ferraz, Hugo Napoleão, Ivan Bonato, Jessé Freire, Jonival Lucas, José Moura, Paulo Pimentel, Sérgio Dias, Vinicius Cansancão. PDS: Darcy Pozza, Francisco Diógenes, Ubiratan Spinelli, Virgílio Távora. PDT: Amaury Müller, Carlos Cardimal. PTB: Jayme Paliarin, Joaquim Bevilacqua. PT: Eduardo Jorge, Virgílio Guimarães. PL: Osvaldo Almeida. PDC: Paulo Roberto Cunha. PCB: Augusto Carvalho.

VII. COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL  
Presidente, Edme Tavares (PFL); 1º-Vice-Presidente, Hélio Costa (PMDB); 2º-Vice-Presidente, Aylson Motta (PDS); Relator, Almir Gabriel (PMDB). TITULARES — PMDB: Alcirio Abal, Almir Gabriel, Borges da Silva, Bosco Franco, Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Célio de Castro, Domingos Leoni, Doroteo Campanari, Eduardo Morciani, Fábio Feldman, Francisco Küster, Geraldo Acklém, Geraldo Campos, Hélio Costa, Ivo Lech, João Cunha, Joaquim Suceana, Jorge Ugueto, José Carlos Sobóia, João Costamilan, Mansueto de Lavor, Mário Lima, Mattos Leão, Mauro Sampaio, Max Rosenmann, Paulo Marinho, Paulo Mendo Rezende, Renan Calheiros, Ronaldo Aragão, Ronan Tio, Roy Nedei, Teodoro Soares, Vilho Vasco Alves. PFL: Alceguino Guerra, Dionísio Da-Prá, Edme Tavares, Gândi Jamil, Francisco Costa, Ilacy Scaramuzza, José de Matta, João Campos, Levy Dias, Lourival Batista, Maria de Lourdes Abadia, Orlando Bezerra, Osvaldo Lima, Paulo Roberto Cunha, Sotônio Vilela, Stéfio Dias. PDS: Aylson Motta,

Cunha Bueno, Osvaldo Bender, Wilma Lima. PDT: Floriano Paizão, Jureaz Antunes, Nelson Seixas. PTB: José Elias Murad, Mendes Borges, Paulo Roberto de Silva, Eduardo Jorge. Paulo Paes. PL: Osvaldo Almeida. PDC: Roberto Ballestra. PC do B: Edmilson Vilela, Paulo Augusto Carvalho. SUPLENTE(S) — PMDB: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Albérico Filho, Amílcar Moura, Ana Maria Rattes, Bezerra de Melo, Carlos Sant'Ana, Cássio Cunha Lima, Cid Sabóia de Carvalho, Fernando Cunha, Franca Teixeira, Francisco Augusto, Francisco Carneiro, Francisco Rorlberg, Francisco Pinto, Heráclito Fortes, Hilário Braun, Irajá Saravá, Koyu Iha, Lúcia Viana, Luiz Sover, Mattos Leão, Maurício Ferreira Lima, Milton Lima, Nelson Aguiar, Osmir Lima, Plínio Martins, Raimundo Bezerra, Raquel Capibene, Renato Viana, Roberto Vital, Ronaldo Carvalho, Gustavo Gomes, Wladimir Martins. PFL: Annibal Barcelos, Chagas Duarte, Francisco Dornelles, Jaiés Fontoura, Jofan Ferreira, Lídia Braga, Lúcia Helena, Marcondes Gadelha, Mendes Thame, Odacir Soares, Pedro Canejo, Raul Cândido, Sarney Filho, Sotônio Quêiroz, Vainari. PDS: Adauto Pereira, Antonio Salm Curiani, Davi Alves Silva, Lavôisier Mair. PDT: Eddisio de Jesus, Flávio Magalhães, Nelson Seixas. PTB: Roberto Augusto Lopes, Francisco Rossi. PT: Luis Gushkin, Luis Inácio Lula da Silva, Vitor Buarque, Vitor Lacerda. SAC. PDC: Siqueira Campos. PCB: Roberto Freire.

VIII — COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO  
Presidente, Marcondes Gadelha (PFL); 1º-Vice-Presidente, José Elias Murad (PFL); 2º-Vice-Presidente, Osvaldo Sobrinho (PMDB); Relator: Artur da Távola (PMDB). TITULARES — PMDB: Aloísio Vasconcelos, Antônio de Jesus, Antônio Gaspar, Artur da Távola, Bezerra de Melo, Caio Pompeu, Cássio Cunha Lima, Cristina Tavares, Eitel Rodrigues, Ervin Bonkosi, Fernando Cunha, Flávio Palmier de Veiga, Franca Teixeira, Hermes Zaccaro, José Góes, José Carlos José Carlos Martínez, Koyu Iha, Lourenço Nunes Rocha, Márcia Kubitschek, Maria Lúcia, Maria José, Manoel Ribeiro, Nelson Aguiar, Octávio Elísio, Onofre Corrêa, Osvaldo Sobrinho, Paulo Humberto, Paulo de Souza, Rita Camata, Roberto Vital, Tadeu França, Ubiratan Aguiar, Vingt Rosado. PFL: Agripino Lira, Alceguino Magalhães, Aroldo de Oliveira, Atíla Lira, Cláudio Ávia, Eraldo Tinoco, Eunice Michiles, Fausto Rocha, Theri Ferreira, José Elias Murad, José Moura, José Queiroz, Marcondes Gadelha, Paulo Marques, Pedro Canejo, Lira Furtado. PDS: Acácio Borja, Antônio Salim, Ariatti, Arnold Fioravante, Francisco Diógenes. PDT: Carlos Alberto Basso, Antônio Brito, Antônio Moura. PDT: Antunes. PTB: José Elias Moreira, Roberto Augusto Lopes, Sólson Borges dos Reis. PT: José Elias Murad, José Elias Murad. PT: Alvaro Vale. PDC: Sotônio Cunha. SUPLENTE(S) — PMDB: Acival Gomes, Almir Gabriel, Antônio Bezerra, Antônio Câmara, Carlos Beneditos, Car-

los Costa, Célio de Castro, Domingos Juvenil, Eduardo Moreira, Expedito Júnior, Felipe Chedeir, Francisco Sales, Gabriel Queiroz, Hélio Costa, Irapuan Costa, Ivo Lech, João Herrmann Neto, Jorge Hage, José Carlos de Souza, José Dutra, Jovanni Masini, Leopoldo Guimarães, Luiz Viana, Mário Bouchardet, Mário de Oliveira, Maurício Nasser, Messias Soares, Nelson Carneiro, Renato Bernardi, Renato João Rodrigues Palma, Ronan Tio, Samir Achôa, Santinho Furtado. PFL: Antonio Ueno, Eraldo Trindade, Francisco Coelho, Ezequiel de Francisco Coelho, Geovani Borges, José Jorge, José Luis, Luiz Eduardo, Oriando Pacheco, Osvaldo Coelho, Pedro Coelín, Sérgio de Hauache, Sandra Cavalcanti. PDS: Mello Reis, Ruberval Piliotto, Vieira da Silva, Wilma Maia. PDT: Jureaz Antunes, Roberto D'Ávila. PTB: Fábio Ruanheiti, Gastone Righi, José Elias Murad, José Elias Murad, José Elias Murad, Paulo Delgado. PL: José Carlos Coutinho. PC do B: Eduardo Bonfim.

IX. COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO  
Presidente, Afonso Aripinos (PFL); 1º-Vice-Presidente, Aluizio Campos (PMDB); 2º-Vice-Presidente, Brando Monteiro (PDT); Relator: Bernardo Cabral (PMDB). TITULARES — PMDB: Abigail Feitosa, Ademir Andrade, Antônio de Jesus, Antonio Campos, Aluizio Campos, Artur da Távola, Bernardo Cabral, Carlos Mosconi, Carlos Sant'Ana, Celso Bastos, Cid Carvalho, Cristina Tavares, Egdio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Fernando Gasparian, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Haroldo Lima, Isben Pinheiro, João Calmon, João Herrmann Neto, José Fogaga, José Freire, José Geraldo, José Ignacio Ferreira, José Paulo Biotol, José Richa, José Serra, José Ulisses de Oliveira, Manoel Moreira, Mário Lima, Milton Reis, Nelson Carneiro, Nelson Job Ramos, Néilton Friedrich, Nilson Gibson, Osvaldo Lima Filho, Paulo Ramos, Pimenta da Veiga, Priso Viana, Raimundo Bezerra, Severo Gomes, Sigmaringa Seixas, Theodoro Mendes, Virgíldio de Senna, Wilson Martins. PFL: Afonso Aripinos, Alceguino Guerra, Aylson Camargo, Carlos Mendes Thame, Arnaldo Prieto, Carlos Chiarelli, Cristóvão Chiaradia, Edme Tavares, Eraldo Tinoco, Francisco Diógenes, Francisco Benjamin, Inocêncio Oliveira, José Jorge, José Luis, Jorge Távora. PDT: Brando Monteiro, Luiz Eduardo, Marcondes Gadelha, Mário Assad, Oscar Corrêa, Osvaldo Coelho, Paulo Pimentel, Ricardo Fritza, Sérgio Ugueto. PDS: Antonicarlos Konder Reis, Darcy Pozza, Gerson Peres, Jarbas Passarinho, José Luiz Maia, Jorge Távora. PTB: Brando Monteiro, José Maurício, Lysiane Maciel. PT: Francisco Rossi, Gastone Righi, Joaquim Bevilacqua. PT: Luis Igncio Uvalaca da Silva, Plinio Arruda Sampaio. PL: Adolfo Oliveira. PDC: Siqueira Campos. PC do B: Haroldo Lima. PCB: Roberto Freire. PPS: Antonio Haddad. PMB: Antonio Farias. SUPLENTE(S) — PMDB: Acácio Borja, Antônio Brito, Antônio Dutra. PL: Alvaro Vale. PDC: Sotônio Cunha. SUPLENTE(S) — PMDB: Acival Gomes, Almir Gabriel, Antônio Bezerra, Antônio Câmara, Carlos Beneditos, Car-

Viana, Márcio Braga, Marcos Lima, Michel Tenet, Miro Tuzman, Nelson Weidner, Octávio Elísio, Roberto Brand, Rose de Freitas, Ultradino Pinto, Vilton de Souza, Zira Valdareis. PFL: Cleonândio Fonseca, Enoc Vieira, João Alves, João Menezes, Jonas Pinheiro, José Queiroz, José Tinoco, Lael Varella, Mozartido Caval-



Covas: contato permanente com coordenadores de Bancada.

# Covas quer PMDB unido

Líder de uma Bancada de 305 Parlamentares, num colégio de 539, o Senador Mário Covas realiza um delicado trabalho de articulação para preservar a maioria do PMDB.  
Na primeira fase dos trabalhos constituintes, o Senador paulista foi o responsável pela indicação de quase a totalidade dos relatores de Subcomissões, onde se escreveu o esboço do texto constitucional.  
Diante de um Partido que se caracteriza pelo ecletismo de opiniões, o Líder Mário Covas tem

mantido permanente contato com coordenadores de Bancada e, principalmente, com os Relatores das Comissões Temáticas, em busca de uma unidade programática.  
Desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte a proposta do Senador paulista tendeu a manter o seu Partido, que é gêmeista, distante das influências do Palácio do Planalto. Entende Mário Covas, que a Constituinte tem um compromisso com o futuro e que não pode ser atropelada pela conjuntura atual.



O Presidente Ulysses Guimarães abre o Seminário

# Simpósio Debate outras Cartas

O Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, instalou o Seminário "Seis Constituições — uma visão comparada", no auditório Petrólio Fortella, do Senado Federal.  
Promovido pelo Instituto Tancredo Neves, o seminário, dirigido pelo Constituinte Lúcio Alcântara, apresentou a visão comparada das constituições da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, Alemanha, França, Portugal e Espanha. A Constituição da Grã-Bretanha foi o assunto expositivo o Sr. Leslie Wolf-Phillips, e debatedor Nelson Saldanha. Estados Uni-

dos: Gordon S. Wood (Expositor) e Torquato Jardim (debatedor); Espanha: D. Jaime Nicolás Muniz e Vicente Barreto; República Federal da Alemanha: Ulrich N. Günther e Carlos Henrique Cardim; República Portuguesa: Celso Bastos e Otto Vieira Gil; e França: Walter Costa Porto e João Paulo M. Peixoto.  
O Seminário "Seis Constituições", além do Instituto Tancredo Neves, teve a coordenação da Fundação Friedrich Naumann e seus trabalhos administrativos tiveram como responsável Maria Aracy Grima.

## Remoção de professor

**Srs. Constituintes**  
(...) Preço acessível das casas do BNH às pessoas menos favorecidas. Aceitação da professora efetiva estadual em outros Estados brasileiros, em caso de mudança de domicílio. Sou efetiva do Paraná há 18 anos. Já penso se eu mudar para outro Estado? Vou começar a carreira novamente? (...) Aposentadoria a dona-de-casa com mais de 25 anos de trabalho. (...)  
Ivanilde Conceição Trevisan  
Ivatuva — PR

## Pena de morte

**Srs. Constituintes**  
(...) Que seja decretada a pena de morte no Brasil para os crimes cometidos com motivos de perversidade, tais como latrocínio, estupros seguidos de morte, qualquer tipo de violência sexual seguida de morte. (...) Que o Brasil seja um País desenvolvido, equilibrado e que suas leis sejam obedecidas.  
Marcos Aurélio da Silva Cavalcante  
Santos — SP

## Moralização do ensino

**Srs. Constituintes**  
Educação: investir urgentemente no ensino de 1º grau, 2º grau, universitário, reformulação do ensino no País. (...) Enfim, moralizar o ensino. Com medidas e metodologia (...) para que todos tenham acesso ao estudo e para serem profissionais para a grandeza da Nação.  
Agricultura: totalmente a esse ramo. (...)  
Marcos A. T. Lins  
Piraicaba — SP

## Aposentados e pensionistas

**Srs. Constituintes**  
1. Colocar na Constituição que nenhum aposentado ou pensionista ganhe menos de um salário mínimo. 2. Quando tiver os reajustes salariais, que os aposentados e os pensionistas ganhem a mesma percentagem dos que estão na atividade. (...) As contribuições terão como base um salário mínimo sem teto, levando-se em conta o pobre não pode financiar a aposentadoria do rico.  
Luiz Deluca  
Blumenau — SC

# ESCREVA A SUA CARTA

*Márgi Moura de D. Joaquim de 1986*  
*Ex-mãe de uma Constituinte.*  
*Eu me chamo Evencio Antônio Tenório*  
*13 anos e estudo na Escola E. B. P. C.*  
*De Apar. Rodrigues Filho de Márgi Moura.*  
*Os aposentados devem ser tratados*  
*com muito respeito, para eles já*  
*trabalharam muito para grandeza do*  
*nosso país.*  
*Osajado*

Este espaço é destinado a você, leitor.  
Escrevendo, você manda sugestões para os Constituintes.  
A idéia é participar sempre mais.

## Sistema antipoluição

**Srs. Constituintes**  
Gostaria que houvesse leis que proibissem a poluição dos rios, que todas as fábricas construídas, de hoje em diante, fossem obrigadas a ter um sistema antipoluição e que nas fábricas já construídas fosse implantado esse sistema também. Depois de implantado esse sistema o Governo multaria as fábricas que desobedecessem.  
Nathalie Reti Farias Lemos  
Laboral — MG

## Exploração de minérios

**Srs. Constituintes**  
(...) Outro problema são os minérios, temos que expulsar os estrangeiros que "bondosamente" vêm, e levam nossa matéria-prima. Tomemos uma província: não importa que estamos devendo, as terras ainda são nossas. E também não devemos ter aqueles contratos que levam embora nossos minérios e compramos produtos manufaturados. É errado, compramos nosso produto e ainda mais caro. (...)  
Maria J. Gomes  
Uhoá — SP

## Colônia agrícola

**Srs. Constituintes**  
Colônia agrícola e rigor com os assassinos, esturpadores, assaltantes. Preso precisa de trabalhar, e

muito; é pior ficar olhando o tempo e se revoltando cada vez mais. (...) Por que não retomar o que roubaram nesses 20 anos? Só isso salvaria a dívida do Brasil, mostrar que nessa nova República ninguém teme o passado etc.  
Maria de Lourdes Teixeira de Moraes  
Rio de Janeiro — RJ

## Hospital para mendigos

**Srs. Constituintes**  
Construir perto de cada capital de Estado um hospital, colônia para recuperação de mendigos, digo, homens, mulheres e crianças abandonados pelas calçadas e ruas dos bairros. Um salário mínimo que dê para um casal com dois filhos viver com honestidade na sociedade. (...) Aposentadoria integral e proibição de aposentado que volta a trabalhar de empregado.  
Evertton Vicente da Silva  
Vila Velha — ES

## Deficientes físicos

**Srs. Constituintes**  
(...) Os órgãos públicos podem receber em seus quadros pessoal com pequenas deficiências, mas que podem perfeitamente desempenhar funções como receptionistas, porteiros, em serviços de escritórios, entregadores de encomenda e muitas outras funções. Peço aqui por mim e pelos meus irmãos deficientes.  
Osmário Zanilam  
Ipiranga — PR

## Crime do colarinho branco

**Srs. Constituintes**  
(...) Em primeiro lugar busquem o reino de Deus e a sua justiça e em segundo liberdade sindical e direito de greve. (...) Também acredito nas promidas das empresas agrícolas. E, em último, espero que seja feita uma lei que puna rigorosamente os crimes cometidos por políticos, delegados de polícia e outras autoridades, como os casos de extorsão financeira e outras.  
Francisco Ferreira Leal  
São Gonçalo — RJ

## Capital estrangeiro

**Srs. Constituintes**  
(...) Regulamentar com clareza a entrada de capitais e empresas estrangeiras para que não prejudiquem as nacionais. Proibição de remessa de lucros das empresas estrangeiras (ou restrição máxima). Mudar o salário mínimo para que seja realmente mínimo de verdade e não seja o parâmetro de mais nada dentro da economia nacional. (...)  
Elvira Maria Panossian Zampalao  
Salto — SP

## Parlamentarismo

**Srs. Constituintes**  
(...) Transformar o regime presidencialista em parlamentarista, retirando a concentração de poderes das mãos somente de um homem. (...) Através do regime parlamentar, fixar um sistema de economia, mais estável, para que os empresários tenham no que se basear para firmar negócios e investimentos. (...)  
José Silvino Fernandes Delatim  
Presidente Prudente — SP

## Poliuição ambiental

**Srs. Constituintes**  
Os prezados Srs. deveriam fazer uma lei para que todas as firmas que poluem o ar, o mar e a terra (...) providencias mais eficazes. Abrir mais parques florestais, não permitir o desmatamento de florestas. Instalar mais meios de transporte, como ônibus, para facilitar a ida para o emprego. Fazer novas escolas e que sejam melhor equipadas. (...)  
Marcelo de Freitas Santos  
Santos — SP

## Legalização das greves

**Srs. Constituintes**  
Eu acho que todas as greves deveriam ser legalizadas.  
A censura devia acabar de uma vez por todas.  
Censura à arte é um desrespeito para com os cidadãos de um país livre. Não sei se é possível ou se tem alguma coisa a ver com a nova Constituição. (...) E todas as usinas nucleares devem ser desativadas.  
Renata Kelly Trindade Wilson  
Santos — SP

## Justiça social

**Srs. Constituintes**  
Sugiro que a justiça seja aplicada igualmente a todas as camadas sociais, sem distinção de cor, sexo ou renda, e sugiro também que sejam dadas melhores condições de ensino às escolas e professores, com melhores equipamentos e salários. Para isso só é possível fechar o dinheiro em um cofre superforte para que ele não "desapareça" tão de repente.  
Kátia Cristina Araújo Simões  
Santos — SP

## Defesa da fauna e flora

**Srs. Constituintes**  
Gostaria que defendessem como prioridade a preservação da natureza, sem que essa natureza seja vista apenas como uma fonte de recursos para as grandes e pequenas empresas; defendam o Pantanal, a Floresta Amazônica e as nossas matas, bem como as plantas, e todos os nossos animais, rezedos ou acabem com a poluição das praias e dos rios.  
Francisco Sérgio Carneiro Fontenele  
Viçosa do Ceará — CE

## Sistema policial

**Srs. Constituintes**  
Propugno que para as próximas admissões de policiais de todas as categorias civis e militares seja exigido o 2º grau completo, cursos especializados e que seus salários sejam condizentes com as suas especialidades. (...) Propugno que seja obrigatória o que os áreas superiores a 10 alqueires mantenhiam 20% de suas. (...)  
Dalla Torre  
São José dos Campos — SP